

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL:
UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO DAS CONTAS**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de
carga horária na disciplina CNM-5420 – Monografia**

Por: Rogério Pires da Silva

Orientador: Prof. Roberto Meurer

Área de Pesquisa: Economia Financeira

Palavras Chaves: 1. Análise de Contas

2. Bancos Comerciais

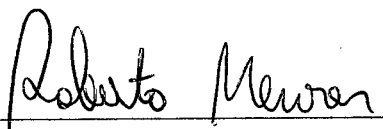
3. Juros e Inflação

Florianópolis, fevereiro de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

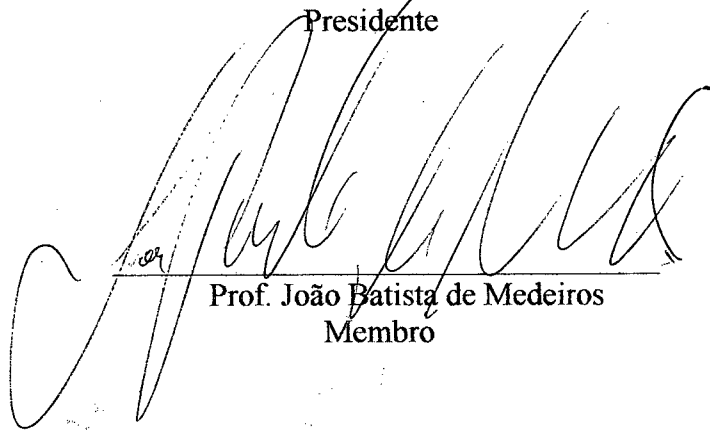
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota...7,5...ao aluno ROGÉRIO PIRES DA SILVA na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



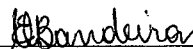
Prof. Roberto Meurer

Presidente



Prof. João Batista de Medeiros

Membro



Prof^a. Eliana de Menezes Bandeira

Membro

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	II
1. JUSTIFICATIVA.....	1
1.1. Objetivos.....	3
1.1.1. Objetivo Geral.....	3
1.1.2. Objetivos Específicos.....	3
1.2. Metodologia.....	4
1.3. Apresentação.....	4
2. O ESTUDO DO BALANÇO	5
2.1. O Balanço de um Banco.....	5
2.2. Ativo.....	6
2.3. Passivo.....	7
2.4. Cosif.....	9
2.5. Definições sobre o balanço	10
3. A ECONOMIA BRASILEIRA E O SETOR BANCÁRIO.....	11
4. A ANÁLISE DO BALANÇO	23
4.1. Considerações iniciais.....	24
4.2. União de Bancos Brasileiros – UNIBANCO.....	24
4.3. Banco Brasileiro de Descontos – BRADESCO.....	34
4.4. Banco do Brasil S/A.....	42
4.5. Banco Itaú S/A.....	51
5. CONCLUSÃO.....	62
6. BIBLIOGRAFIA.....	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de Juros – Over/Selic (%) – Mensal 90-95.....	13
Figura 2 – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – anos de 90 a 94	13
Figura 3 - Taxa de Juros – OVER/SELIC (%) – MENSAL 95-99.....	18
Figura 4 – Índices Geral de Preços – Disponibilidade Interna anos 95 a 99	19

União de Bancos Brasileiros - UNIBANCO S/A

Figura 5 – Ativo Circulante (em milhares de Reais).....	24
Figura 6 – Aplicação Interfinanceira de Liquidez (em milhares de Reais).....	27
Figura 7 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais).....	29
Figura 8 - Operações de Crédito a Longo Prazo (em milhares de Reais).....	29
Figura 9 – Passivo Circulante (em milhares de Reais)	30
Figura 10 - Depósito Captados pelo Unibanco (em milhares de Reais).....	31
Figura 11 – Receita da Intermediação Financeira (em milhares de Reais).....	32
Figura 12 – Receita de Serviço Bancário (RSB) x Despesa de Pessoal (DP) X Despesa Administrativa (DA) (em milhares de Reais)	33
Figura 13 - Lucro Líquido (em milhares de Reais).....	34

Banco Brasileiro de Descontos - BRADESCO

Figura 14 – Ativo Circulante em (em milhares de Reais).....	34
Figura 15 – Aplicação Interfinanceira de Liquidez (em milhares de Reais).....	35
Figura 16 - Aplicação no Mercado Aberto (em milhares de Reais)	36
Figura 17 - Operações de Crédito a Receber – setor privado 36 (em milhares de Reais).....	36
Figura 18 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais).....	37
Figura 19 - Passivo Circulante (em milhares de Reais).....	38
Figura 20 - Depósitos (em milhares de Reais).....	39

Figura 21 – Captação no Mercado Aberto (em milhares de Reais).....	40
Figura 22 - Receita da Intermediação Financeira (em milhares de Reais)	40
Figura 23 - Receita de Operações de Crédito (em milhares de Reais).....	41
Figura 24 – Receita de Serviços Bancários x Despesa de Pessoal x Despesa Administrativa (em milhares de Reais)	41
Figura 25 - Lucro Líquido (em milhares de Reais).....	42

Banco do Brasil S/A

Figura 26 - Ativo Circulante (em milhares de Reais).....	42
Figura 27 – Aplicação na Intermediação Financeira (em milhares de Reais).....	43
Figura 28 – Aplicação no Mercado Aberto (em milhares de Reais).....	44
Figura 29 – Operações de Crédito a receber do Setor Privado (em milhares de Reais).....	44
Figura 30 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais).....	45
Figura 31 – Operações de Crédito a Longo Prazo (em milhares de Reais)	46
Figura 32 – Passivo Circulante (em milhares de Reais)	47
Figura 33 – Depósitos a vista x Depósitos em poupança x Depósitos interfinanceiros x Depósitos a prazo (em milhares de Reais).....	47
Figura 34 – Captação no Mercado Aberto (em milhares de Reais).....	48
Figura 35 – Receita da Intermediação Financeira (em milhares de Reais).....	49
Figura 36 – Receita da Operação de Crédito (em milhares de Reais)	49
Figura 37 - Depósitos a vista x Depósitos em poupança x Depósitos interfinanceiros x Depósitos a prazo (em milhares de Reais).....	50
Figura 38 - Lucro Líquido (em milhares de Reais).....	51

Banco Itaú

Figura 39 – Ativo Circulante (em milhares de reais).....	51
Figura 40- Aplicação Interfinanceira de Liquidez (em milhares de Reais)	53
Figura 41 – Aplicação no Mercado Aberto (em milhares de Reais).....	53
Figura 42 – Operações de Crédito a Receber Setor Privado.....	54
Figura 43 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais).....	55
Figura 44 – Passivo Circulante (em milhares de Reais)	56
Figura 45 - Captação no Mercado Financeiro (em milhares de Reais).....	57

Figura 46– Receita da Intermediação Financeira.....	58
Figura 47 – Receita da Operação de Crédito (em milhares de Reais)	59
Figura 48 – Receita de Serviço Bancário x Despesa de Pessoal x Despesa Administrativa (em milhares de Reais)	60
Figura 49 – Lucro Líquido (em milhares de Reais).....	61

1. JUSTIFICATIVA

O sistema financeiro brasileiro vem sofrendo nesta última década mudanças na sua estrutura, principalmente na forma de gerar os ganhos para a manutenção da sua atividade financeira. Os recursos gerados com a inflação apresentaram uma diminuição extraordinária depois do advento do plano Real, em meados de 1994. Coube então aos bancos suprir esta deficiência de receita com o aumento da sua carga tarifária, diminuição do contingente de trabalhadores neste setor empregados e maior disponibilidade de recursos para empréstimos.

Um outro aspecto importante a considerar, é a influencia da economia sobre o setor desde 1990: o comportamento da inflação, da taxa de juros, das condições econômicas em geral, proporcionaram um ganho extraordinário no período com receitas de “float”, e, com a implementação do Real, os bancos aceleraram o processo de reestruturação.

Essas mudanças, que influenciaram no processo de intermediação financeira, deram uma nova característica para o sistema financeiro, com uma diminuição no número de instituições financeiras e nova conduta no desempenho do setor.

A intermediação financeira funciona como um elo entre a empresa e o mercado, entre o cliente e o crédito, e os bancos, como intermediários básicos, lá se encontram para oferecer, dentro de uma realidade econômica favorável, empréstimos tanto para pessoas físicas como jurídicas.

Os bancos estão presentes em todos os setores da economia, seja emprestando, captando, ou especulando internamente no mercado financeiro. E no papel de intermediários, disponibilizam o crédito ao mercado para a aquisição de bens como a casa própria e outros tipos de financiamento.

O instrumento de emprestar/captar do mercado é contabilizado no balanço patrimonial que relaciona as origens dos recursos disponíveis e onde eles são aplicados, num processo de transformação contábil.

Mishkin ressalta:

o processo de transformação de ativos e fornecimento de uma série de serviços (compensação de cheques, manutenção de registros, análise de créditos e outros) é igual a qualquer outro processo de produção de uma firma. Se o banco produza serviços desejáveis a um custo baixo e ganha

uma receita considerável sobre seus ativos, ele recebe juros; se não o banco sofre um prejuízo". (2000, p.142).

Devemos entender que a geração de resultados segue uma lógica compreendida como de qualquer empresa. Tendo o resultado obtido dentro do ativo da empresa e sendo a origem dos recursos contabilizados no passivo. A utilidade do ativo, para o banco, é de gerar receita para este, onde envolve todo um conjunto (banco, consumidor, etc.).

Ele (o banco) precisa obter lucro do trabalho que oferece, seja dispondo de produtos ou captando para a instituição em forma de produtos oferecidos aos consumidores. Uma das maneiras de obter este lucro é cobrar uma taxa de juros sobre o capital que ele empresta para os agentes.

Não só dos empréstimos e do relacionamento dos clientes com a firma, é que vêm os lucros dos bancos, a política implementada pelo governo influencia grandemente o resultado do exercício de uma instituição. A criação do plano Real em julho de 1994, proporcionou uma queda brusca de inflação, conforme apresentado no quadro 1, o que eliminou a maior parte dos ganhos dos bancos. Os bancos que se organizaram estruturalmente sentiram menos o impacto da nova realidade econômica do país.

O quadro 1 apresenta os índices de inflação segundo a Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1994.

Quadro 1 – Índice de preço – disponibilidade interna – Ano de 1994

PERÍODO	TAXA %
JANEIRO	42,19
FEVEREIRO	42,41
MARÇO	44,80
ABRIL	42,35
MAIO	40,95
JUNHO	46,58
JULHO	24,71 Em Real foi de 5,47
AGOSTO	3,34
SETEMBRO	1,55
OUTUBRO	2,55
NOVEMBRO	2,47
DEZEMBRO	0,57

Fonte: Boletim do Banco Central, 1994

Portanto a instabilidade econômica traz consigo os ganhos inflacionários e a estabilidade, os ganhos tarifários. Esta análise poderá ser trazida a tona estudando os últimos 10 anos da economia brasileira, tomando por base o ano de 1994 (criação do plano Real). No período anterior (1990- 06/1994), os bancos já possuíam uma nova postura em relação a reestruturação, processo esse iniciado em 1986, que estava já em aplicação, porém tínhamos uma inflação na casa dos dois dígitos, que proporcionavam aos bancos lucros com essa “ciranda” e não muito preocupados, porém já sensibilizados, com o processo de reestruturação que já batia à porta. Após 1994, tudo mudou, a inflação caiu a casa de 1% a.m. e a nova conduta dos bancos começou a aparecer.

Como os bancos se comportavam nesses dois períodos, que é uma das metas a ser estudada nesse trabalho.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Fazer uma análise do comportamento de instituições do setor bancário brasileiro, a partir da evolução dos seus registros contábeis, no período de 1990 a 1999, relacionando aspectos gerais da economia com o comportamento de contas do passivo, do ativo e do resultado do exercício.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Analisar a influência de fatores macroeconômicos, como a inflação, influência externa, taxa de juros junto aos ganhos bancários principalmente durante as flutuações que a economia enfrenta durante o período
- Apresentar brevemente a economia brasileira, de 1990 a 1999, apresentando os aspectos que influenciaram no resultado dos bancos comerciais.
- Entender como é realizada a captação de recursos (contas do passivo) e a transformação realizada pelos bancos, que disponibiliza recursos (contas do ativo) para os agentes dentro da economia.

1.2. Metodologia

O trabalho em questão tem por objetivo analisar o comportamento do setor bancário no Brasil nos últimos dez anos, analisando 4 (quatro) bancos comerciais brasileiros, a citar: Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco do Brasil e Banco Unibanco. A análise das contas no período, apresentará uma análise com auxílio de gráficos do ativo e passivo dos bancos a serem estudados.

Utilizar-se-á fontes de informações da seguinte maneira:

- Referências bibliográficas (livros especializados)
- Jornais, Revistas e Internet

Como método investigativo, será utilizado um histórico sobre os aspectos econômicos levantando os fatos e fenômenos observados ao longo do trabalho.

1.3. Apresentação

O capítulo 2 apresentara abordagem da administração bancária, como ela opera no processo de transformação dos recursos, da captação à disponibilidade dos recursos para a economia.

O capítulo 3 enfocara um breve estudo da influência de fatores macroeconômicos e sua influência no desempenho das carteiras bancárias.

O capítulo 4 mostrara um estudo horizontal ao longo de 10 anos, com uma análise do desempenho e características das carteiras estudadas.

2. O ESTUDO DO BALANÇO

Este capítulo tem como finalidade abordar teorias, definições e explicações de um balanço de um banco comercial. O primeiro aspecto é a definição e eventual explicação de como a transformação ativo-passivo é realizada pela instituição financeira.

Conjuntamente, será abordado o COSIF (Plano Contábil das Instituições financeiras do SFN), expondo todos os pontos importantes das normas do Banco Central aos bancos comerciais.

2.1. O Balanço de um Banco

Em geral, o balanço de qualquer empresa é uma demonstração contábil preparada pela organização visando mostrar o raio x desta para seus acionistas e para o mercado. Está dividido em ativo, passivo e patrimônio líquido.

Contudo ao analisar o balanço, seja ele de qualquer empresa, não é apenas olhar e observar os registros das informações, mas sim extrair informações para a tomada de decisões. Matarazzo destaca:

O analista de balanço preocupa-se com as demonstrações financeiras que por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa mereça ou não crédito, se vem bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar as dívidas, se é lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando (1988, p.19)

Qualquer empresa tem a obrigação de apresentar sua demonstração contábil a seus acionistas, e os bancos, que também são empresas, possuem uma lei específica.

O Cosif (Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional) é o instrumento que determina as regras para a apresentação do balanço das instituições financeiras estabelecidas no Brasil. Este elemento, será um auxiliador para saber a forma que um banco opera.

O primeiro aspecto a saber é que o balanço relaciona todas as contas de um banco, como destaca Mishkin (2000, p.139): *o balanço patrimonial de um banco relaciona*

as fontes de recursos do banco (passivo) e suas utilizações (ativo). Os bancos obtêm recursos através de empréstimos e de emissão de outros passivos como os depósitos.

Os recursos captados são utilizados para a compra de ativos como títulos ou servem de recursos destinados à empréstimos aos agentes dentro da economia.

Mishkin destaca (2000, p.139): *Um banco adquire recursos através da emissão (venda) de passivos, que também são chamados de fontes de recursos. Os recursos obtidos através da emissão de passivos, são usados para comprar ativos com ganho de rendimentos .*

No balanço, os recursos são dispostos em duas colunas, onde estas representam as contas do ativo, passivo e patrimônio líquido:

Como todo balanço, ele alinha haveres, ou ativo, de um lado, e as obrigações, ou passivo, do outro. O ativo cobre tudo, desde o dinheiro que se acha no cofre do banco até os empréstimos concedidos pelo banco. O passivo abrange os vários modos pelos quais o banco levantou fundos, desde o depósitos que ele captou aos fundos que ele tomou emprestado. (Mayer, Duesemberly, Aliber: 1993. P. 145,146)

2.2. Ativo

Dentro do balanço bancário, o ativo é a parte que demonstra onde foram aplicados os recursos da empresa, representa os bens e direitos, por exemplo, o dinheiro em caixa, os haveres a receber. Em outras palavras, os aumentos em ativos são aplicações de recursos e as diminuições são origens destes.

Para Mishkin *Os ativos bancários são, portanto, chamados de utilizações de recursos, e os juros recebidos sobre estes é o que faz com que os bancos tenham lucros.* (2000, p.141).

Pelo Cosif, as contas do ativo dispõem-se em ordem decrescente de grau de liquidez em vários subgrupos: circulante, realizável a longo prazo, Permanente, etc.

Os ativos são todos os direitos que o banco possui sobre seus clientes, oriundos estes de aplicações, empréstimos, financiamento, direitos sobre bens alienados, enfim uma gama de produtos ofertados e que são disponibilizados aos clientes que precisem de recursos.

O lucro do banco advém da venda dos produtos que oferta, pois obtém um ganho sobre o qual é ofertado, que é chamado de lucro. Mishkin (2000:141) considera que *Os ativos bancários são, portanto chamados de utilizações de recursos, e os juros recebidos sobre estes é que faz com que os bancos tenham lucros.*

O Cosif, no item 1.1.5., no capítulo normas básicas, na subseção classificações das contas, explica cada item integrante das contas do ativo.

Concluindo, as contas do ativo são contas que geram receitas para o banco e os ativos são alocados de forma a assegurar e manter as receitas do banco, e atrair clientes conforme os produtos que são criados e oferecidos.

2.3. Passivo

Genericamente falando, passivo são recursos de terceiros colocados dentro de uma empresa através de obrigações ou dívidas. Para o banco é a fonte de seus recursos. Este disponibiliza produtos a seus clientes para captar valores (dinheiro, título) para transformar em ativos para outros clientes.

Um banco adquire recursos através da emissão (venda) de passivos, que também são chamados de fontes de recursos. Os recursos obtidos através da emissão de passivos são usados para comprar ativos com ganhos de rendimentos. (Mishkin, 2000, p.139)

No passivo, existem várias contas captadoras de recursos, destacando as contas de depósito a vista, poupança, a prazo, empréstimo, cobrança entre outras.

Segundo o Cosif, os depósitos a vista são contas de livre movimentação mantidas por pessoas físicas ou jurídicas, existindo várias maneiras para a sua movimentação a destacar o uso de cheque, depósitos de contas de empréstimos e financiamentos. Os depósitos a prazo são títulos de crédito físico ou escritural emitido pelo banco comercial com tempo determinado. A poupança, é um tipo de depósito que rende juros a cada período de 30 dias, sendo que os valores retirados antes deste período, não recebem nenhuma remuneração. Os depósitos interfinanceiros são transações interbancárias. As contas de depósito a vista são contas oferecidas para trazer clientes e recursos para o banco, onde não pagam juros sobre os valores a vista arrecadados. É um passivo para o banco.

Destaca Mishkin: *um depósito bancário é um ativo para o depositante porque representa uma parcela de sua riqueza. Por outro lado, como o banco é obrigado a pagar as retiradas de fundos feitas por seus correntistas, os depósitos em conta corrente são um passivo para o banco.* (p.140)

Concluindo, os bancos oferecem produtos para alocar recursos junto ao público consumidor, atraindo-os sob várias formas. Quando o banco vende seus passivos é que ele obtém o lucro, como destaca Mishkin (2000, p.142): *Em linhas gerais, os banco tem lucros com a venda de passivos com uma série de características(...) e com o uso dos proventos para adquirir ativos com uma série de diferentes características”.*

A administração do passivo e ativo de um banco é de responsabilidade de seus gerentes que tem como uma das suas funções transformar as contas passivas (depósito a vista, poupança) em contas ativas (empréstimo financiamentos)

O processo de transformação de ativos e fornecimento de uma série de serviços (compensação de cheques, manutenção de registros, análise de crédito e outros) é igual a qualquer outro processo de produção numa firma. Se o banco produz serviços desejáveis a um custo baixo, ele ganha uma receita considerável sobre seus ativos, ele recebe juros; se não, o banco sofre prejuízos. (Mishkin, 2000, p.142)

Portanto a lógica dos resultados de um banco é igual a qualquer empresa. A origem de recursos é o passivo. A utilização do ativo deve gerar receitas que possibilitem a manutenção da instituição mais uma parcela de lucro, pois a função do banco comercial é captar depósitos do público e emprestar recursos.

Concluindo, os bancos lucram através da transformação de passivo para ativo, isto que dizer que ele toma pouco emprestado e empresta muito com um objetivo principal de viver tomando dinheiro emprestado a um preço baixo e emprestar esse mesmo dinheiro a um custo mais alto a uma parcela de clientes que necessitam deste e não o possuem.

2.4. Cosif

Já abordado anteriormente o Cosif é uma norma estabelecida pelo Banco Central, que rege todas as instituições financeiras instaladas no Brasil. Objetiva dar informações e uniformizar as condições econômico financeiras de cada instituição.

Por regra, cada instituição financeira deve elaborar com data de 31/12 de cada ano, um balancete geral, uma estatística econômico financeira, um balanço patrimonial.

Possuindo um elenco de contas próprio, apresenta as normas a serem seguidas dentro do passivo e do ativo, dentro do balanço bancário.

Como já mencionado, as contas são divididas em ativo e passivo e se dispõem em ordem decrescente de liquidez. Dividido o ativo em circulante, realizável a longo prazo, permanente e o passivo em circulante, exigível a longo prazo, representam quando analisados a situação econômico financeira da empresa, no caso de um banco comercial.

Dentro do ativo circulante encontram-se as disponibilidades para o público consumidor, as aplicações dos recursos captados, oriundos do passivo.

No passivo circulante estão as obrigações, inclusive financiamentos para a aquisição de direitos do ativo permanente, no longo prazo estão as obrigações acima do período de 12 meses.

A apresentação dos balanços, da unidade centralizadora, inscreve-se em 30 de junho e 31 de Dezembro de cada ano constando os seguintes documentos assinados por dois titulares:

O balancete Geral, o balanço geral, demonstração de resultado; considerando que as notas explicativas devem ser de uma auditoria independente.

As operações Interfinanceiras de liquidez, para cada banco, este deve adotar controles para identificar os títulos de sua propriedade, registrando os encargos e reconhecendo as receitas efetivas quando do seu recebimento.

Os saldos credores do empréstimo devem ser inscritos pelo valor global, as operações de crédito em atraso classificam-se em operações de crédito em atraso.

Os depósitos a vista, conceituam-se como de livre movimentação, mantidos por pessoas físicas e jurídicas e o Cosif considera os cheques viagem e demais depósitos, classificados como depósitos a vista.

2.5. Definições sobre o balanço

Todo o balanço de uma empresa, tem na sua escrituração, números que representam algebricamente uma dada situação financeira.

A política financeira de uma empresa têm seus reflexos nas demonstrações financeiras, permite uma visão estratégica, e análise de balanço é um instrumento complementar de tomada de decisão.

Ao analisar um balanço, o analista deve transformar os dados contábeis em relatórios mais amplos objetivando analisar situações ainda não exploradas e/ou identificadas. Assim o produto da análise do balanço são relatórios escritos em linguagem corrente.

Wolfgang Kurt Schrickel (1997, p.118), define análise de balanço: *Análise de balanço envolve a avaliação de um conjunto de demonstrações financeiras e outras informações envolvidas pela empresa, não se limitando exclusivamente ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.*

Em decorrência do período analisado por este trabalho conjuntamente com os objetivos firmados, a análise horizontal foi a forma escolhida para estudar e analisar o comportamento das contas apresentadas, pois esta presta-se fundamentalmente ao estudo de tendências que a economia pode apresentar ao longo do período.

O estudo horizontal pode conhecer pormenores das demonstrações financeiras que escapam da análise genérica através dos índices. A evolução de cada conta mostra uma tendência num dado período.

Para Matarazzo (1998, p.25): *A análise horizontal baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série.*

Como auxiliar desse estudo horizontal, a análise de gráficos e tabelas, vem a engrandecer na explicação da evolução do objeto estudado.

Para finalizar, a análise horizontal busca mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e pela comparação entre si, permite tirar conclusões sobre a evolução da empresa, e da situação da economia de uma forma mais elucidativa.

3. A ECONOMIA BRASILEIRA E O SETOR BANCÁRIO

Este capítulo tem como objetivo, abordar os anos de 1990 a 1999 analisando, os principais aspectos da economia brasileira, com predominância dos índices inflacionários, a taxa de juros (over/selic), o produto interno bruto e correlacioná-los a fatores que influenciaram o comportamento das tendências que cada período apresenta para os bancos comerciais.

No setor bancário o ajuste iniciado desde 1986, em decorrência do primeiro choque econômico (Plano Cruzado), provocou diversos ajustes no enxugamento das estruturas bancárias. Análises feitas no ano de 1990, apresentam uma forte tendência a diminuição do número das instituições bancárias nos próximos anos, a tendência explícita no final dos anos 90 é a alteração do perfil das instituições financeiras: *abandonou a posição de generoso repassador de dinheiro para os cofres do governo* (Balanço Anual 1990), para atuar mais na produção, oferecendo recursos para o setor produtivo.

O ajuste do sistema bancário, desencadeado em 1986, tomou força a partir de 1990. Com o plano Collor I, em 1990 e o Collor II em 1991. Estes planos procuraram dar choques na economia para proporcionar a busca da estabilização, tanto da inflação, como taxas de juros e outros agregados econômicos.

As mudanças ocorridas dentro da economia brasileira, no início do ano de 1990, teve reflexo imediato no nível de inflação, no mês de março, o plano econômico Collor I como foi apelidado, provoca profundas modificações no comportamento da economia, com uma mudança no padrão monetário e bloqueio de ativos financeiros. Provocando desconfiança dos agentes, ocorre num primeiro momento retenção dos ativos monetários na forma de entesouramento.

O banco central, logo após um determinado tempo do ajuste, começa uma política monetária restritiva, visando o combate à inflação. O primeiro semestre caracterizou-se por uma elevada expansão monetária. Os agentes dentro da economia caminham para ativos com maior liquidez, e a fase de ajuste que se sucede, teve por meta a política monetária mais rígida, com um maior controle sob o mercado financeiro. O quadro apresenta as taxas de inflação medidas pelo IGP-DI no ano de 1990.

Quadro 2 – Índice de preço – disponibilidade interna – Ano de 1990

PERÍODO	TAXA %
JANEIRO	71,90
FEVEREIRO	71,68
MARÇO	81,32
ABRIL	11,33
MAIO	9,07
JUNHO	9,02
JULHO	12,98
AGOSTO	12,93
SETEMBRO	11,72
OUTUBRO	14,16
NOVEMBRO	17,45
DEZEMBRO	16,46

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, 1990

Este quadro apresenta a queda da inflação após a implantação do plano Collor I, onde de uma inflação de 81% em março para 9% em maio. Nesse período compreendido entre maio e julho ocorre uma expansão no meio de pagamento. Porém o plano não teve muita consistência e a inflação cresce a partir de julho.

Nesse ano o banco central deixa de garantir a recompra de títulos públicos, tendo como uma consequência o aumento do risco nas operações de curto prazo. É criado o redesconto, uma operação do Banco Central, para auxiliar bancos com dificuldades de fechar o caixa, com taxas de juros mais punitivas

As transações econômicas cresceram no primeiro período após o plano e teve reflexos sobre os níveis de inflação que caíram rapidamente.

Apesar de todos os esforços do governo, os índices inflacionários cresceram, já a partir de julho, e no último trimestre, em decorrência de fatores sazonais chegou a 17%. em novembro.

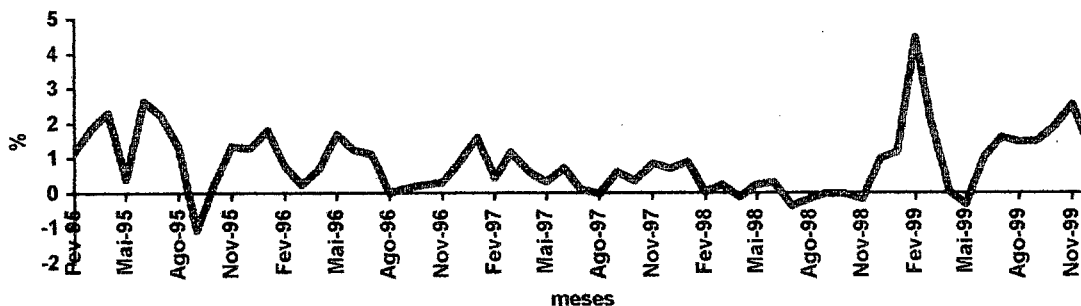
Logo após o plano Collor I, houve uma crise de liquidez, ocasionada pelo bloqueio da poupança, interferiu no desempenho geral das instituições, diminuindo a quantidade de empréstimos e operações no mercado aberto. Independentemente ocorreu um fortalecimento das operações de crédito. Um dos fatores da queda do desempenho foi o desequilíbrio da correção monetária que influenciou na rentabilidade das instituições.

Para os bancos, o combate a inflação, manteve a operação bancária condicionada a política monetária. A intermediação financeira apresenta níveis reduzidos de operação. A expansão dos empréstimos foi sustada pela retração da economia

Para evitar a formação de estoques especulativos, o governo manteve as taxas de juros reais elevadas com o intuito de estimular a poupança.

A figura 1 apresenta as taxas de juros entre os anos de 1990 e 1992.

Figura 1 - TAXA DE JUROS – OVER/SELIC (%) – MENSAL 90-95

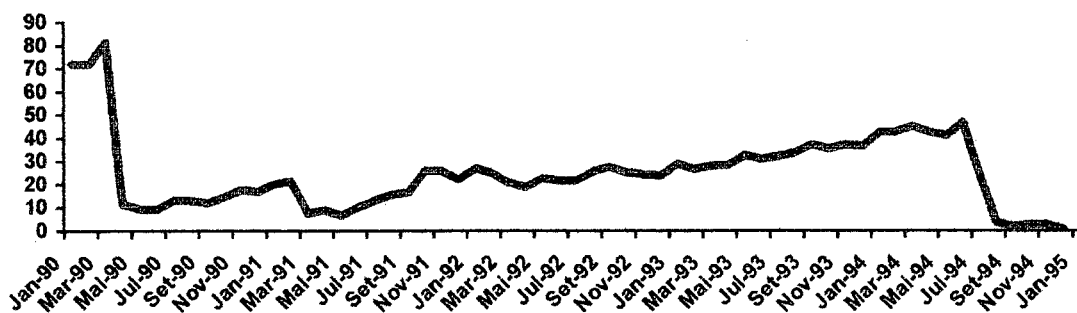


Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vários anos.

A política econômica em 1991 marcou pelo lançamento do segundo plano econômico, na tentativa de reduzir os índices de inflação. Desde o segundo semestre de 1990, a inflação não se estabilizava na marca de um dígito percentual e, por sua vez, o governo lança um conjunto de medidas em janeiro, enfocando o controle monetário e fiscal.

Figura 2 – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – anos de 90 a 94

IGP-DI – 90-94



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vários anos

Um dos indicadores de inflação, o IGP-DI, conforme a figura 2 apresentou valores com 2 dígitos em 8 meses do ano. O conglomerado de preços do plano Collor II fez

reduzir a inflação nos meses de março, abril, maio, junho, mas não suportou por muito tempo e a inflação voltou a crescer.

Quanto aos juros, a política implementada pelo Plano Collor II foi elevada. A taxa de juros real alcançou 2% em setembro e 0,6% a.m. em outubro, e alcançando próximo a 4% em Dezembro. Por consequência a produção industrial se retraiu.

Para o sistema financeiro ocorreu uma reforma financeira com a extinção das aplicações de rendimento diário e a criação de um fundo com prazo de resgate maior, direcionando as aplicações de curto prazo, exceto os depósitos a vista. A idéia base dessa atitude era preparar o sistema financeiro para um futuro crescimento econômico e fortalecer a política monetária.

A etapa seguinte foi a valorização das tarifas estatais, sobretudo os combustíveis, gás de cozinha e tarifa elétrica, sendo reajustadas na média 13,2% acima da inflação, conforme o boletim do Banco Central. O processo de privatização entra em uso, com a privatização de 5 empresas do setor petroquímico e, o governo, promove a abertura comercial.

Com controle do BC a política cambial esteve relacionada com uma política monetária eficaz, tendo como principal meta sustentar taxas de juros reais positivas, para frustrar a inflação.

Dentro do sistema financeiro, os bancos privados vem efetuando ajustes, decorrentes de sua maior flexibilidade, tomando por base o fechamento das agências deficitárias e dispensa de pessoal.

O seu perfil também é alterado, os bancos deixam de fazer operações de mercado aberto com o governo e passam a emprestar junto ao setor privado. A principal fonte de rendimento para os bancos desse período, a correção monetária, sofreu um choque drástico, que diminuiu os ganhos dos bancos.

A partir de 1992, dentro da economia brasileira, continua-se aplicando uma política de taxas de juros elevadas, para combater a inflação que ameaçava avançar em números. A taxa over apresentou 29% em janeiro, 28% em fevereiro, sendo uma taxa de juro real de 2,22% em janeiro e próximo a 4% em fevereiro.

A implementação dessa política foi decorrente de entrada de capitais externos no país, aumentando substancialmente a base monetária

A inflação ficou na casa dos dois dígitos ao mês, com um acumulado no ano de 1.157,84%. Com uma média anual de 22%, o governo apenas usou a política monetária no intuito de assegurar que esses valores não disparassem de controle.

A manutenção de valores altos para a taxa de juros, trouxe para os bancos um ganho real que segundo o balanço anual da gazeta mercantil: *A rentabilidade média dos bancos múltiplos privados passou de 5,6% em 1991 para 8,1% em 1992 e ficou ao redor de 6% no primeiro semestre de 1993, prometendo dobrar esse percentual no final do ano.* (Balanço anual, 1993)

Em contrapartida a alta da inflação declinou os depósitos a vista e fez crescer as aplicações em fundos de investimentos, títulos federais, poupança e depósitos a prazo.

A retomada do nível de atividade industrial repercutiu num aumento da demanda por crédito, comandada pela indústria. Os consumidores, por sua vez tiveram uma demanda por bens duráveis.

Para os bancos o ano de 1992 é mais favorável, pois a inflação se mantém na casa dos 20% por todo o ano. A elevada taxa de juros foi um fator importante para manter a moeda aplicada nos bancos, mantendo os depósitos em trajetória crescente.

A economia brasileira a partir de outubro de 1993 apresentou-se num quadro de desaquecimento, já observado no primeiro semestre, decorrente da política de manter as taxas de juros em alta, para manter uma taxa de inflação controlada.

A política de taxas de juros acima do nível de inflação, teve por meta a tentativa de manter os níveis de preços estáveis, com taxas de juros elevadas, chegando a 28,52% em janeiro, 31,91% em junho e 40,38% em dezembro, tendo valores reais de 4,16% no último mês desse ano.

Para combater a inflação, o governo de Itamar Franco e do ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, enviam para o congresso a primeira parte do plano Real.

A base monetária no mês de outubro cresceu 35%, decorrente de operações no setor externo, especialmente operações cambiais. O governo atua durante todo o período enxugando o mercado financeiro com títulos da dívida pública.

A elevação dos juros partir do segundo semestre de 1993, para combater a alta da inflação teve como resultado no setor bancário, o aumento de sua rentabilidade, porém como o aumento nos juros não teve resultado positivo, o modelo é redirecionado, e adota-se o de privilegiar a retomada do nível de atividade econômica. Com essa virada na conduta econômica, agora os bancos ganharam duplamente: uma pelo aumento da inflação que não foi aniquilada pelo governo e a segunda pelo aquecimento dos empréstimos para o setor privado influenciado pela nova postura governamental. Assim, os bancos giravam seus ativos com os juros altos negociando títulos da dívida pública e administrando os depósitos a vista dos clientes, o que resulta num termo técnico chamado de "floating".

Ressalta-se que nesse ano os bancos comerciais tiveram uma inclinação a expandir os seus empréstimos objetivando ampliar as receitas, principalmente ampliando as carteiras de crédito ao consumidor.

O ano de 1994, apresentou grandes transformações estruturais decorrente da implantação, a partir de 1 de julho, do plano Real. Com a reforma monetária, o governo já se preparava desde o início do ano, quando em fevereiro, o Congresso Nacional aprova o Fundo Social de Emergência, que implicou no aumento da alíquota sobre o lucro líquido das instituições financeiras.

Para combater a inflação e implantar a nova moeda (o Real), a U.R.V. (unidade real de valor), foi a segunda parte do projeto. Esta teve o papel de indexador inflacionário, um índice criado para corrigir os preços de mercado, este era corrigido diariamente pela média de 3 índices de preços (IGP-M, IPCA-E, IPC).

O novo padrão monetário, com a introdução da moeda denominada Real, faz cair os índices inflacionários, tendo como uma consequência a expansão do crédito decorrente da retomada da atividade econômica no segundo semestre, favorecida sobremaneira pelas festas de final de ano. A nova moeda, cumpre o seu primeiro papel que era combater a inércia inflacionária e as incertezas advindas dos planos anteriores.

O IGP-DI registrou índices abaixo de 3,5% a partir de agosto contra 45% em março do mesmo ano, conforme pode ser visto no quadro 3.

Quadro 3 – Índice de preço – disponibilidade interna – Ano de 1994

PERÍODO	TAXA %
JANEIRO	42,19
FEVEREIRO	42,41
MARÇO	44,80
ABRIL	42,35
MAIO	40,95
JUNHO	46,58
JULHO	24,71 Em Real foi de 5,47
AGOSTO	3,34
SETEMBRO	1,55
OUTUBRO	2,55
NOVEMBRO	2,47
DEZEMBRO	0,57

Fonte: Boletim do Banco Central, 1994

O quadro 3 demonstra a eficácia da nova moeda no combate à inflação desde o seu implemento. O índice de inflação despencou a partir de agosto, estabilizando na casa de um dígito percentual até o final do ano.

A nova moeda, trouxe com ela um aumento na demanda por papel-moeda passando de R\$ 3,5 bilhões em março para 17,3 bilhões em dezembro, com um aumento de 394%, porque, com a queda da inflação as pessoas, o público em geral, apresentaram uma tendência de reter a moeda junto de si e não mais aplicar nos bancos como antes era observado.

O governo utilizou muito da política monetária neste ano, com uma política ativa de controle, monitorando os bancos, principalmente, nos depósitos a vista e nos depósitos a prazo com o intuito de conter o crédito, o Banco Central utilizou muito o compulsório, aumentando a alíquota nos depósitos e, ampliando este instrumento junto aos financiamentos e empréstimos.

No âmbito fiscal, a aprovação da CPMF, trouxe fôlego ao governo para assegurar o equilíbrio juntamente com os aumentos das alíquotas do imposto de renda. A política cambial, a partir de julho teve paridade de R\$ 1.00 / US\$ 1,00, chegando a R\$ 0,85 / US\$ 1,00.

Para os bancos, desde a conversão da URV em Real, que pôs fim à inflação de 2 dígitos ao mês, o sistema financeiro viu o fim dos ganhos da aplicação de recursos captados a vista e a prazo, e por sua vez, começaram a se adaptar a uma economia mais aberta, com uma maior competitividade. Os rendimentos com o “float” inflacionário, deram lugar a um aumento nas operações de crédito. Houve também reajustes nas tarifas bancárias, sendo o primeiro impacto da perda da inflação, como analisa a Conjuntura Econômica em carta do IBRE: *O ajustamento do sistema bancário no período posterior ao real ainda não se fez de maneira completa. Até agora, a maioria deles adotou uma estratégia defensiva, semelhante àquela adotada em outras ocasiões, com a elevação dos preços dos serviços e redução do número de agências.* (Out. 95, p. 3)

Num primeiro momento, a estratégia bancária foi de espera, para ver como se comportaria o plano, antes de tomar decisões de mudanças estruturais.

Enfim, como experiências de outros planos de estabilização, o setor bancário, que entrou em compasso de espera em 1994, teve que se reestruturar para enfrentar um novo período que surgia para os novos anos.

Com medidas de restrição ao crédito, para manter as metas inflacionárias, gera um desaquecimento da atividade econômica, e o ano 1995 começa com o governo tentando

inibir o crescimento da economia, para manter as taxas de inflação baixas ao longo do ano, como principal meta do plano Real. As taxas de juros e a política de crédito foram aplicadas para manter a estabilidade na economia, com uma taxa de juro real de 2% em janeiro, de 3,85% em maio e 2,45% em dezembro, o governo manteve uma política de restrição à demanda.

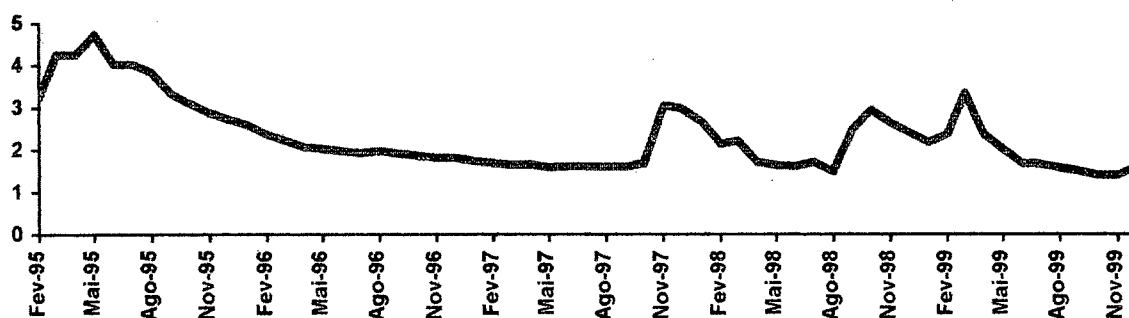
O governo amplia o processo de privatização a partir de fevereiro e utiliza os títulos federais para manter um ajuste no nível de liquidez dentro da economia, com meta principal de conter a inflação. Esta, por sua vez mantém-se em níveis abaixo de 2% em 9 meses do ano e registra um índice negativo em Setembro, que registrou -1,8%.

Segundo o boletim do Banco Central (12/1995), a economia brasileira sofreu uma desaceleração, decorrente da queda contínua de investimento na indústria de bens de capital, repercutindo numa diminuição dos postos de trabalho. Com isso, o governo diminui o compulsório, no intuito de disponibilizar mais recursos para o crédito.

A conduta da economia brasileira no ano de 1996 manteve-se com as mesmas disposições do ano anterior, caracterizado pela baixa contínua da inflação.

A política monetária foi conduzida para o crescimento, inserindo nesse contexto, a liberação do crédito, que incidiu na diminuição das taxas de juros e a diminuição do compulsório dos bancos.

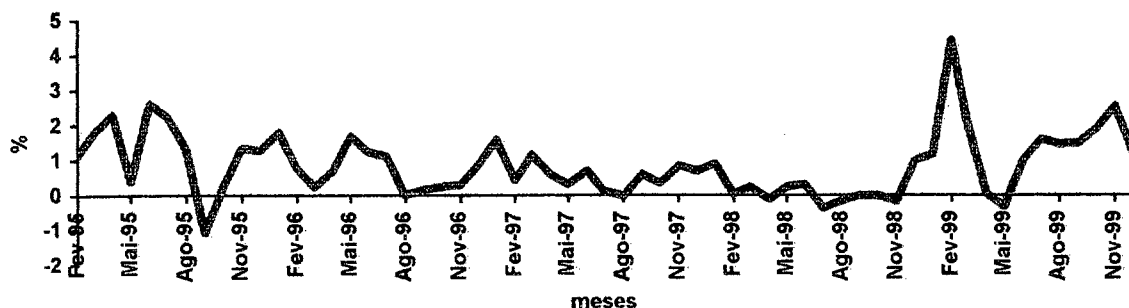
Figura 3 - Taxa de Juros – OVER/SELIC (%) – MENSAL 95-99



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vários anos.

A taxa de juros em 1996 se comportou tendo uma queda, chegando em abril na casa dos 2%, chegando em dezembro a 1,8%. E este comportamento se mantém até outubro de 1997.

Figura 4 – Índices Geral de Preços – Disponibilidade Interna anos 95 a 99



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, vários anos.

A política monetária vem sendo conduzida para estabelecer o crescimento, estimulando o crédito com a eliminação de restrições aos bancos, como a extensão do limite de prazo para os empréstimos, (aumento das cotas de consórcio) e redução do compulsório sobre depósitos a vista, que em 1996 ficou em 75%.

Para o sistema financeiro, a estabilidade da economia, continuou a exigir a reestruturação bancária. A participação do setor bancário no PIB, conforme o Banco Central, vem decrescendo ano após ano. O Boletim do Banco Central afirma o seguinte a respeito da participação do setor bancário no PIB: *Segundo o IBGE, a participação percentual das instituições financeiras no PIB passou de 15,6% em 1993, para 12,4% em 1994 e 6,9% em 1995* (1996, p.49)

Neste ano, para proteger o sistema bancário o Banco Central eliminou, através de liquidações, as instituições bancárias que apresentavam risco de falência para o sistema. Esclarece o relatório do Banco Central (1996, p.50): *com efeito, desde 01 de julho de 1994 até 31 de dezembro de 1996 25 bancos privados foram liquidados, 4 bancos estaduais foram colocados sob regime de administração especial temporária e um banco estadual foi eliminado* (1996, p.50)

Agora, os bancos que não se reajustaram a nova realidade da economia, passam por um difícil ajuste, ou difícil adaptação à nova realidade. Num primeiro momento descrentes quanto ao seu sucesso, ficaram em compasso de espera. Diante das medidas tomadas como fechamento de agências e diminuição de pessoal, mostraram-se insuficientes para garantir o lucro, ou mesmo a sobrevivência das instituições.

Portanto, quer sobreviver, deve-se investir em tecnologia para auferir maior produtividade, maiores ganhos, ou senão morre no mercado.

Assim, os bancos tiveram que procurar outras fontes, outras atividades e passaram a investir em ações e comprar empresas junto à bolsa e, dentro da instituição resultou num aumento da disponibilidade de crédito a varejo, e, a busca de receitas com o aumento de tarifas e redução de custeio.

Em 1997, o quadro econômico apresenta uma turbulência no mercado internacional, proporcionado pela crise da Ásia. A economia brasileira sofreu fortemente com perdas de reservas e aumento nas taxas de juros, principalmente a partir de outubro, quando eclode a crise.

A política econômica foi conduzida, no intuito de manter em baixa os índices inflacionários, mantendo-se recessiva, com taxas de juros altas, principalmente depois do choque da crise asiática sobre as reservas brasileiras.

No mercado aberto, o Banco Central elevou a oferta de títulos indexados ao câmbio. A política cambial manteve-se com pequenas desvalorizações graduais ao longo do ano. Segundo o Boletim do Banco Central, crescimento do PIB em torno de 3%, caracterizou-se pela produção industrial, tendo um desempenho especial, a indústria de bens de capital.

A política monetária enfocou um novo processo dentro da economia brasileira, processo esse, que deu ênfase ao processo de reestruturação do sistema financeiro. A base monetária acumulou uma expansão de 60,6% no último trimestre de 97 em comparação ao mesmo período de 1996. O quadro 4 apresenta o desempenho da base monetária em 1996 e 1997:

Quadro 4 – Base Monetária Efetiva por trimestre

ANO	TRIMESTRE	BASE MONETARIA OCORRIDA EM BILHÕES DE REAIS
1996	1	18,0
1996	2	17,4
1996	3	17,2
1996	4	20,1
1997	1	24,7
1997	2	24,7
1997	3	26,2
1997	4	32,3

Fonte Boletim do Banco Central, com modificações do autor

Esse ano traz uma mudança no comportamento dos bancos, estes passam a investir mais em fundos de pensão, plano de capitalização, compensando a queda dos ganhos na intermediação financeira. Ainda em contínua tarefa o processo de diminuição de despesas bancárias, mesmo sendo elementar, os bancos brasileiros não estão tendo competência de conseguir a economia de escala.

Inserida dentro do mercado internacional, a economia brasileira sofreu um choque no ano de 1998, proporcionada pela crise da Rússia. Ainda não recomposta do choque do ano anterior (crise asiática), fez o Brasil no final de 1998, recorrer ao FMI, solicitando ajuda financeira, visando a recomposição de suas reservas.

Com uma política monetária restritiva, a restrição de crédito externo mais a elevação das taxas de juros internas resultaram num desaquecimento da atividade econômica.

Mantendo sua política monetária visando manter a inflação baixa, o ano de 1998 teve um acumulado de 1,7%. Com taxas de inflação, medidas pelo IGP, não ultrapassando a 1% em todos os meses do ano, estas taxas foram obtidas sobretudo ao desaquecimento da demanda no período, auxiliada pela oferta de produtos agrícolas.

A política monetária aplicada no período esteve condicionada ao mercado financeiro internacional. Com uma política restritiva induziu as instituições financeiras a adoção de medidas mais prudentes – selecionando o crédito e melhorando suas aplicações.

O ano de 1998 foi marcado pela continuidade da reestruturação da atividade bancária. Os bancos brasileiros, agora seguem um novo paradigma de eficiência, o modelo norte americano, onde é mais comedido nos gastos administrativos e de pessoal e agressivo nas metas operacionais.

A partir desse ano, mais do que nunca, os banqueiros sabem que a competição tem gerado no sistema financeiro uma redução no número de bancos. O conceito de ganho de escala, agora, já faz parte do conceito de sobrevivência.

No ambiente econômico envolvido, destaca-se que a economia passou por uma recessão, onde se não houvesse uma reformulação nos bancos, as crises advindas do exterior poderiam afetar ainda mais a economia brasileira.

Em 1999, ainda sob efeito da crise Russa, o quadro de investimentos estrangeiros evidenciou uma menor liquidez internacional. Já no segundo trimestre, com a redução das taxas de juros, há uma recuperação no nível de atividade econômica

No último trimestre, a recuperação das economias asiáticas começa a mostrar bons resultados para o Brasil, pois os investimentos diretos se elevam.

A desaceleração da atividade econômica evidenciada em 1998, apresentou uma recuperação no primeiro trimestre de 1999, decorrente da reversão de expectativas negativas até então focalizadas e da redução das taxas de juros.

4. A ANÁLISE DO BALANÇO

Este capítulo tem por meta analisar o comportamento das principais contas do balanço e demonstração do resultado dos quatro principais bancos comerciais brasileiros: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Unibanco. A escolha destas instituições se baseia no ranking do Banco Central pela qualificação de ativos totais.

Neste capítulo não se abordará os motivos que levaram a essas flutuações, e sim observar as modificações ocorridas ao longo do período em que se abrangeu o estudo.

De acordo com o ranking do Banco Central, essas instituições se encontram nas referidas colocações em relação ao balancete de março de 2000:

Quadro 5 – Ranking do Banco Central do Brasil

INSTITUIÇÃO	POSIÇÃO NO RANKING
BANCO DO BRASIL	1
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2
BNDES	3
BRADESCO	4
ITAU	5
UNIBANCO	6

Fonte: SISBACEN

O objeto a ser analisado, são contas que observam tanto a captação de recursos, como contas que geram receitas para o banco, mais uma análise das contas de demonstração de resultado. Pela ordem virão as contas do ativo, a destacar: o ativo circulante, as operações de crédito de curto e longo prazo. No passivo, será abordado: passivo circulante e as contas de depósitos. A demonstração do resultado abordará: as receitas da intermediação financeira, as receitas com o crédito e o lucro.

O primeiro banco a ser focado será o Unibanco, seguido pelo Bradesco, Banco do Brasil e finalizando o Banco Itaú.

Todos os valores constantes nas figuras foram atualizados pelo IGP-DI a preços de Dezembro de 1999.

4.1. Considerações iniciais

Tendo por meta analisar as contas do balanço patrimonial, primeiramente irá abordar uma noção teórica sobre estas contas.

Pelo Cosif, as contas do ativo circulante englobam todas as disponibilidades e direitos realizáveis no curso dos doze. As aplicações interfinanceiras de liquidez englobam os títulos de renda variável, títulos de renda fixa, etc.

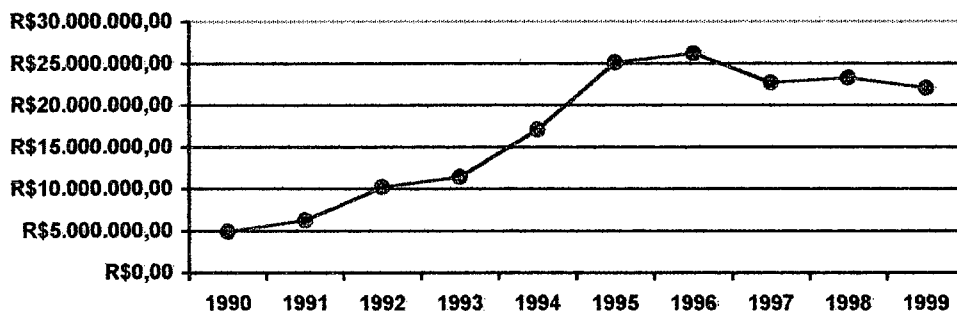
As operações de crédito são classificadas: empréstimos, títulos descontados, financiamentos. Os contratos de câmbio são operações realizadas tanto dentro do país quanto externamente,

Quanto ao passivo circulante, este engloba todas as obrigações após o término de 12 meses subsequentes do balanço. Os depósitos a vista são mantidos por pessoas físicas e jurídicas, de livre movimentação, os depósitos a prazo tem uma data pré determinada para seu fim, com um rendimento determinado, os depósitos interfinanceiros, são apropriados em cada período mensal.

O lucro líquido correspondente ao resultado do período, após os ajustes prescritos dentro da lei.

4.2. União de Bancos Brasileiros - UNIBANCO S/A

Figura 5 – Ativo Circulante (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

A figura 5 apresenta a captação de recursos promovida pelo Unibanco, a figura demonstra que esta foi proveitosa para a instituição. Pulando de R\$ 5 Bilhões no início da década de 90 para mais de R\$ 22 bilhões no final de 99 que consolidou o Unibanco como a sexta força bancária do Brasil. Sendo um banco múltiplo atuando em 4 pilares fortes no ramo: banco de varejo, atacado, seguros e administração de recursos de terceiros. A maior parcela do crescimento do ativo está relacionado ao crédito, leasing, contrato de câmbio e aplicações interfinanceiras de liquidez. No período de 1990 a 1995, o crescimento na captação foi gradual e estabiliza-se nos quatro anos seguintes. Percentualmente, o crescimento ou o decréscimo do ativo será demonstrado no quadro 1.

QUADRO 6 – Crescimento Percentual do Ativo Circulante

ANO BASE	VALORES EM MIL REAIS	ÍNDICE 1994=100	CRESCIMENTO % ANO/ANO
1990	R\$ 4.879.258,96	28,61495	
1991	R\$ 6.261.223,74	36,71964	8,104685
1992	R\$ 10.192.151,89	59,773	23,05336
1993	R\$ 11.380.318,91	66,74113	6,968136
1994	R\$ 17.051.431,65	100	33,25887
1995	R\$ 25.103.479,83	147,2221	47,2221
1996	R\$ 26.194.089,28	153,6181	6,395999
1997	R\$ 22.671.761,42	132,961	-20,6571
1998	R\$ 23.258.492,40	136,402	3,440948
1999	R\$ 22.026.101,00	129,1745	-7,2275

Fonte: elaborado pelo autor

Tomando como ano base 1994, a análise deste reflete o crescimento percentual do ativo do Unibanco, pulando de uma captação de R\$ 4,8 bilhões de reais em 1990 para R\$ 6,2 bilhões em 1991. Apresentando um crescimento na faixa de 8,10%, sendo o principal responsável o aumento na captação da poupança que teve melhora no rendimento no final de 1991. No ano de 1992 houve um crescimento aproximado de 15% em relação a 1991, tendo como principal responsável a aplicação interfinanceira de liquidez que corresponde a soma dos mercados abertos mais a aplicação de depósitos interfinanceiros que deu um salto de 300% em valores reais.

O ano de 1994 foi proveitoso, com um crescimento do ativo em torno de 26% em relação ao ano anterior chegando à casa dos R\$ 17 bilhões, tendo como o grande responsável por esse salto o crédito ao setor privado que cresceu em relação ao ano anterior 92% saltando da casa dos R\$ 4.140.089,92 mil para R\$ 7.950.904,50 mil, os

demais valores que compõem o ativo tiveram variações pequenas, onde alguns casos serão estudados individualmente na continuação deste trabalho.

Em 1995, o ativo continua a crescer, sendo o segundo melhor ano do período estudado, com um crescimento de 47,22% em relação a 1994. Com a economia se estabilizando, em decorrência do plano Real todas as contas do ativo crescem em valores, como exemplo, as aplicações interfinanceiras de liquidez que dá um salto de aproximadamente 220%, as aplicações em mercado aberto crescem aproximadamente 250%, tendo o crédito ao setor privado a curto prazo uma pequena queda na ordem de 2%.

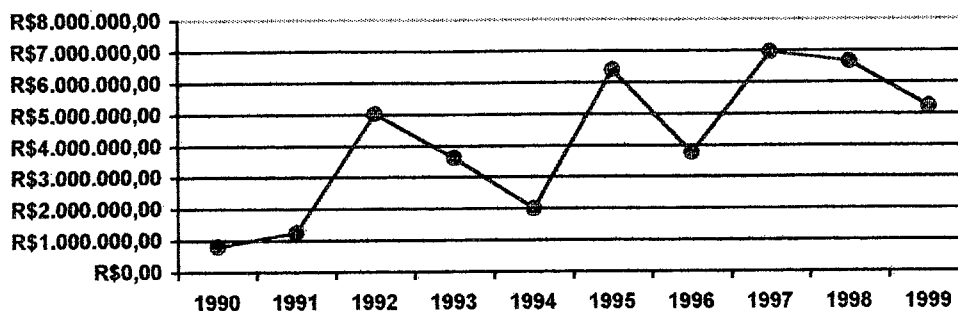
Esses valores sofrem um aumento, primeiramente pelo crescimento das aplicações no mercado aberto, este cresce porque aumenta sua parcela em compras de títulos públicos, e em decorrência de uma taxa de juros elevada, o setor privado se sente receoso em investir.

Os anos de 1995 e 1996, apresentam seus valores em ativos praticamente constantes, com um pequeno acréscimo para 1996. O período de 1995 perde em ativos nas contas de aplicação de liquidez e mercado aberto (45% em valores reais nessas aplicações) em relação a 1996, mas cresce nas operações de crédito na ordem de aproximadamente 21%. A queda do ativo circulante de 1997 tem como principal responsável o crédito ao setor privado com uma perda de 18,53% em relação a 1996 e títulos e valores mobiliários com uma queda de 128,84% em relação ao ano anterior.

Os anos de 1998 e 1999 se mantêm com uma linha de tendência declinante, que se inicia em 1996 onde apresenta como principal responsável a aplicação interfinanceira no mercado aberto, com uma diminuição dos valores a disposição ao longo do tempo, as operações de crédito também tem uma pequena perda percentual (2%), que é acompanhada pelas demais contas do ativo.

Assim, o ativo demonstra duas características básicas dentro do período estudado, a primeira é o crescimento mais acentuado que compreende o período de 1990 a 1995, período compreendido de inflação alta (com 2 ou 3 dígitos ao ano), e o segundo período com uma queda suave no que diz a disponibilidade de recursos promovida pelo Unibanco, que está seguindo rumo a uma estabilização de valores aplicados e a disposição.

Figura 6 – Aplicação Interfinanceira de Liquidez (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Ao longo do período estudado, a figura 6 apresenta uma inconstância muito forte, com ciclos que variam de 2,5 a 3,5 anos em relação a aplicação dos recursos pelo Unibanco.

O biênio 1990-1991, demonstra que a política implantada pelo Unibanco não dava muita importância a este tipo de aplicação tendo como principal fonte de disponibilidade as aplicações de depósitos interfinanceiros responsável por 58% do volume aplicado em 1990 e 62% do volume aplicado em 1991. Chega ao pico do primeiro ciclo em 1992, chegando a casa dos R\$ 5.029.728,72 mil em aplicações. De 1992 a 1994 há uma queda considerável decorrente da perda em aplicações de mercado aberto que por sua vez tem uma recuperação no ano posterior em torno de 300%.

O biênio 96-97 ocorre uma variação de 85% neste tipo de aplicação financeira tendo como principal responsável às aplicações em mercado aberto. Os anos finais de 1998 e 1999 trazem uma pequena queda na disponibilidade destas aplicações por parte do Unibanco, diminuindo os recursos postos a disposição em torno de 27%.

O quadro 7 ajudará a observar e analisar o volume de empréstimo destinado pela instituição em enfoque.

Quadro 7 – Crescimento Percentual do Crédito Disponível

ANO BASE	VALORES EM MIL REAIS	INDICE 1994=100	CRESCIMENTO % ANO/ANO
1990	R\$ 1.911.846,26	24,04564	
1991	R\$ 2.103.631,96	26,45777	2,412124
1992	R\$ 2.464.828,95	31,00061	4,542842
1993	R\$ 4.140.089,92	52,07068	21,07007
1994	R\$ 7.950.904,50	100	47,92932
1995	R\$ 7.781.652,45	97,87129	-2,1287
1996	R\$ 9.430.898,29	118,6142	20,74287
1997	R\$ 7.956.161,68	100,0661	-18,548
1998	R\$ 8.279.569,20	104,1337	4,067556
1999	R\$ 8.118.642,00	102,1097	-2,02401

Fonte: Elaborado pelo autor

Como o quadro 7 apresenta o crédito disponibilizado pelo Unibanco, este mostra-se com dois períodos distintos, o primeiro que vai do ano de 1990 a 1994, que demonstra uma fase de crescimento, intercalando com uma fase mais lenta no biênio 90-91 e uma fase rápida no triênio 92-94, e um segundo período que engloba os anos de 1994 a 1999, que apresenta uma constância nos recursos disponibilizados pelo banco em questão.

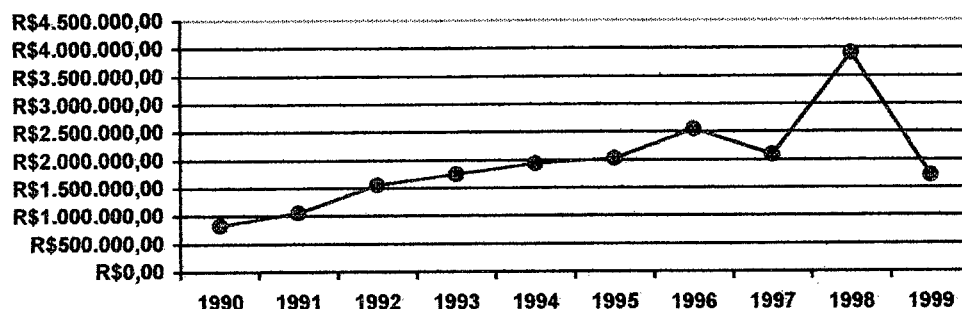
O período 1990 a 1992 não trouxe grande variação dos recursos tomados pelas pessoas físicas e jurídicas junto ao Unibanco, mantendo-se num crescente suave, variando 2,41% no primeiro período e 4,54% no período seguinte. Porém, o ano de 1993 traz consigo um impulso nos empréstimos batendo a casa dos R\$ 4 bilhões em empréstimos tomados junto à instituição. O ano de 1994 chega e com ele o montante emprestado em termos percentuais chega a ser 92% maior que o ano anterior.

Porém em 1995 a política do banco é de renegociação das dívidas e o montante se estabiliza, e o banco durante todo o ano se mantém com uma política conservadora restringindo o crédito e renegociando contratos atrasados. Com os contratos renegociados, em 1996 abre a carteira de empréstimos e o volume emprestado cresce em relação ao ano anterior em 20,74%.

O triênio 1997 a 1999 se mantém estável na casa dos R\$ 8 bilhões de reais emprestados aos seus clientes. Havendo uma queda no montante emprestado na casa dos 18% de 1997 em relação a 1996.

Os anos seguintes se mantiveram estáveis quanto ao montante alocado e captado para os agentes interessados.

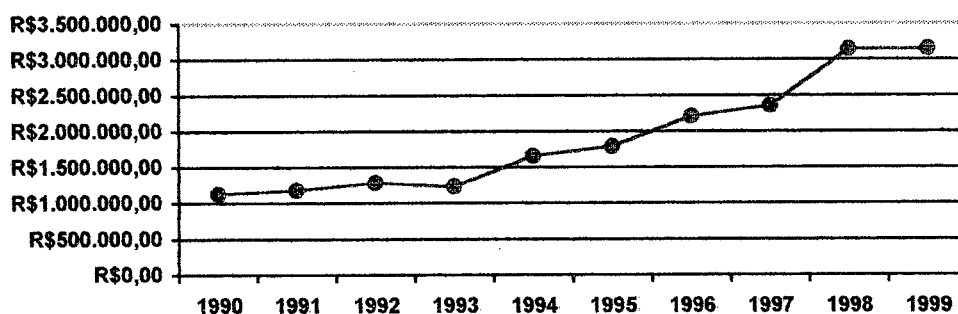
Figura 7 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

As operações de câmbio se mantiveram num crescente durante 6 anos consecutivos tendo crescimento do ano de 1991 em relação a 1990 na casa dos 28% em movimentação de valores, e se mantém nesse crescente suave até o ano de 1995, com um movimento acima de 2 bilhões de reais. Os anos de 1996 e 1998 demonstram dois picos de movimentação tendo o seu cume no ano de 1998 na casa dos R\$ 4 bilhões de reais, caindo no ano de 1999 apresentando uma queda em valores em torno de 2,5 Bilhões de Reais.

Figura 8 - Operações de Crédito a Longo Prazo (em milhares de Reais)

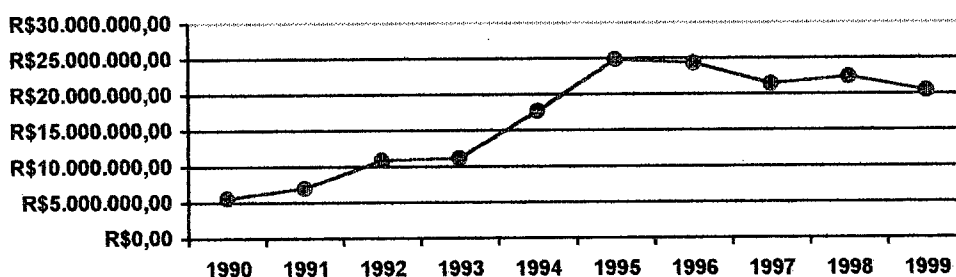


Fonte: Revista Bancária Brasileira

As operações de crédito a longo prazo apresentam um crescimento continuado em todo o período estudado, com uma pequena estabilidade no ano de 1992-1993; os demais períodos foram de cunho crescente, chegando a um montante disponibilizado na casa dos R\$ 3,2 bilhões, comparando o início do período em estudo.

No ano de 1999 notaremos um crescimento real de 180% em relação a 1994, demonstrando o poder de captação e disponibilidade de moeda para o seu público consumidor. Do total de empréstimo de cada período, o setor privado é o maior consumidor, chegando a casa dos 95% no ano de 1990 o que corresponde a R\$ 1.072.267,70 mil Reais, o setor público consumiu a outra parcela. Em 1994, o consumo do setor privado chegou a 99% do montante emprestado. E esta linha tendencial, de empréstimos ao setor privado continuou marcante nos empréstimos a longo prazo por parte do Unibanco. No ano de 1999, do total de R\$ 3.147.791,00 mil o consumo do setor privado chegou a R\$ 2.959.480,00 mil que corresponde a 94% do total emprestado pela instituição.

Figura 9 – Passivo Circulante (em milhares de Reais)

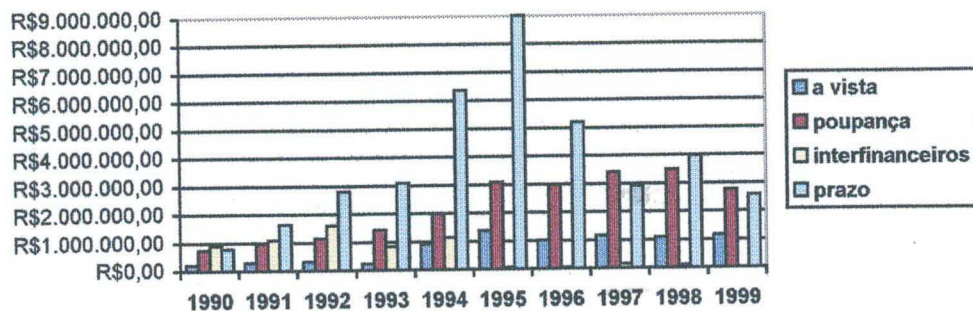


Fonte: Revista Bancária Brasileira

Na captação de recursos pela instituição, apresenta três períodos distintos, o primeiro que vai de 1990 a 1993 com uma inclinação suave da curva, indicando um crescimento moderado na captação de recursos pelo banco. No segundo período, de 1993 a 1995, um crescimento acentuado. E no terceiro período, uma queda lenta no montante captado.

Do passivo circulante, os depósitos tem uma expressiva parcela no total captado pela instituição. A figura 10, apresenta 4 opções de depósitos oferecidos pelos bancos e que representam em torno de 50% do total do passivo ao longo dos anos. Dos 4 tipos de depósitos analisados, o depósito a prazo é o que mais atrai o investidor que vai aplicar os seus recursos em uma instituição bancária, aqui o caso o Unibanco.

Figura 10 - Depósito Captados pelo Unibanco (em milhares de Reais)



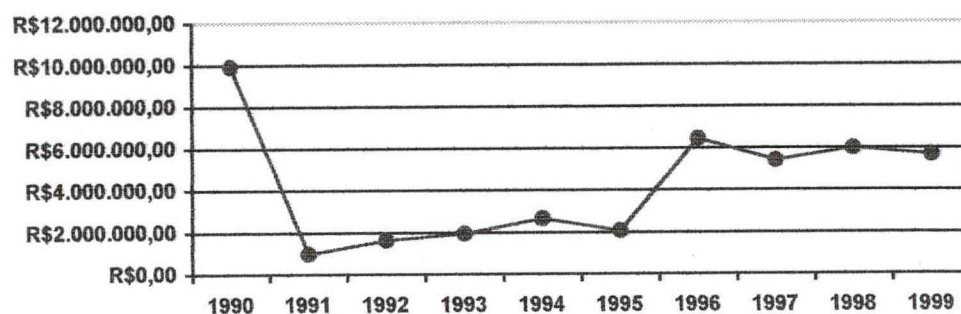
Fonte: Revista Bancária Brasileira

A figura 10 apresenta os montantes captados nas contas de depósito a vista, poupança, depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo no Unibanco ao longo dos 10 anos estudados.

De toda a captação registrada no passivo os depósitos a prazo aparecem com mais destaque, principalmente após a estabilização da economia após 1994, onde este dá um salto em valores reais nos períodos de 1994 e 1995 e decrescendo nos períodos seguintes. Os depósitos interfinanceiros tiveram maior destaque no período de maior inflação da economia brasileira, onde ultrapassaram a cifra de R\$ 1 bilhão nos anos de 1991, 1992 e 1994. A caderneta de poupança dá um salto a partir de 1994 com a estabilização e chega com aplicações acima de 3 bilhões de reais nos anos de 1995 a 1998.

Durante todo o período estudado o depósito a vista mantém-se acanhado principalmente nos anos com inflação e melhora consideravelmente com a estabilização captando a partir de 1995 com valores acima de 1 bilhão que se estende com essa cifra até 1999.

Figura 11 – Receita da Intermediação Financeira (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Apresentando dois patamares distintos, que compreende os períodos de 1991-1995 e 1996-1999, demonstra que a estabilidade econômica, trouxe consigo um crescimento de 200% na média do segundo período. O quadro 8 apresenta o crescimento percentual da receita da intermediação financeira.

QUADRO 8 – Receita de Crédito

ANO BASE	VALORES EM MIL REAIS	ÍNDICE 1994 = 100	CRESCIMENTO % ANO/ANO
1990	R\$ 5.418.098,53	144,6988	
1991	R\$ 411.429,00	10,98786	-133,711
1992	R\$ 568.476,50	15,18206	4,1942
1993	R\$ 553.934,44	14,79369	-0,38837
1994	R\$ 3.744.397,16	100	85,20631
1995	R\$ 3.823.828,00	102,1213	2,1213
1996	R\$ 1.488.410,55	39,75034	-62,371
1997	R\$ 1.456.124,67	38,88809	-0,86225
1998	R\$ 4.200.930,27	112,1924	73,30434
1999	R\$ 3.558.051,60	95,02335	-17,1691

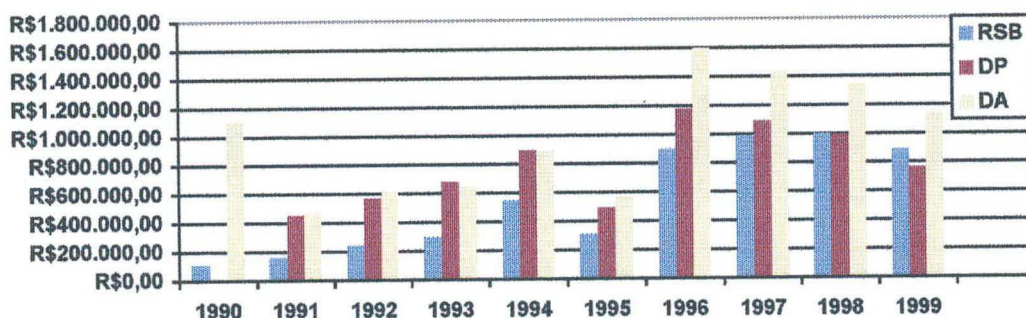
Fonte: elaborado pelo autor

O ano de 1991, em relação a todo o período, o Unibanco, com uma receita de R\$ 411,429,00 mil, foi o resultado mais negativo do período estudado, porém nos anos posteriores demonstrou uma gradativa recuperação chegando ao pico no período de 1995 na casa superior R\$ 3,8 bilhões de reais. O melhor período para o Unibanco foi o ano de 1994 com um crescimento na receita acima de 85%, pulando de R\$ 553.934 mil para acima R\$3,7 Bilhões. O ano de 1996 foi desastroso, tendo uma queda de 62% na receita.

De 1995 a 1999, as receitas de operações de crédito flutuaram muito tendo uma queda de aproximadamente 60% nos anos de 96 e 97. A figura 10 vem ilustrar o comportamento da receita de crédito

Nos três primeiros anos estudados, com um ambiente inflacionário a receita de crédito se manteve em baixa, sendo que o Unibanco, estando com uma inflação alta, a demanda por empréstimos não totalizou a casa dos 600 milhões de receita anual. Com a estabilização da economia a receita inflacionária dá um salto no período que compreende o ano de 1996 a 1999, chegando a casa dos R\$ 4,2 bilhões.

Figura 12 – Receita de Serviço Bancário (RSB) x Despesa de Pessoal (DP) X Despesa Administrativa (DA) (em milhares de Reais)



Fonte: Dados da Revista Bancária Brasileira e elaborado pelo autor

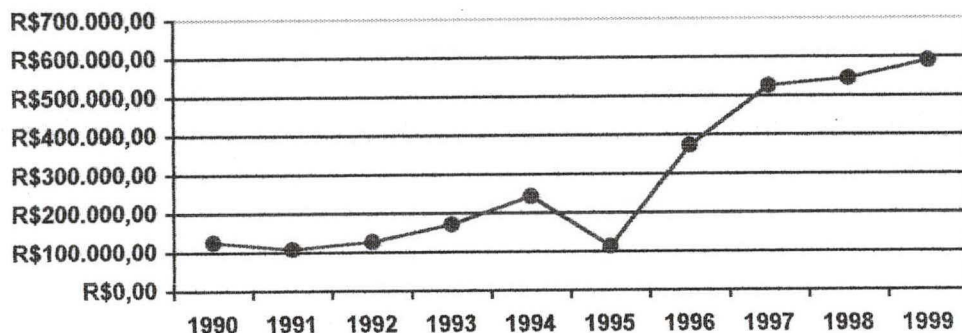
Para o Unibanco as despesas administrativas foi o item dos três analisados que mais consumiu recursos da instituição. Ultrapassando ou empatando com as despesas de pessoal na maioria dos anos em todo o período estudado.

No período compreendido entre 1996 e 1999, a figura apresenta duas características importantes: a primeira é a constante queda das despesas administrativas e de pessoal, chegando a primeira diminuir em 42% em 4 anos.

A segunda característica é a elevação do patamar tanto de despesa quanto de receita em relação ao período anterior composto dos anos de 1990 a 1995.

Ressalta-se que de 1990 a 1994, as características eram invertidas em relação ao período de 1996 a 1999; onde a figura apresenta constante crescimento nos anos aqui especificados.

Figura 13 - Lucro Líquido (em milhares de Reais)

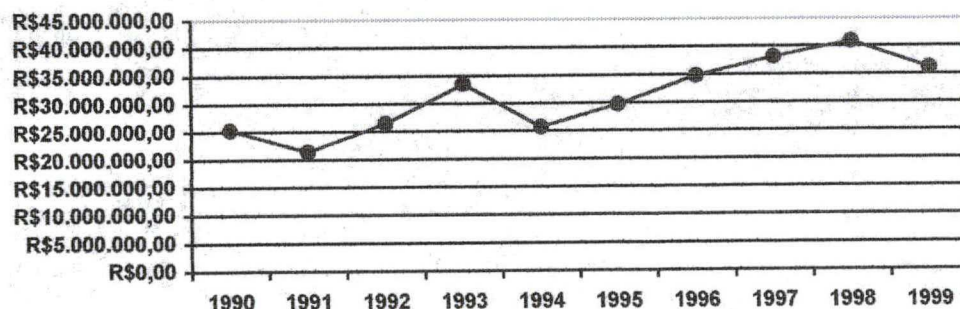


Fonte: Revista Bancária Brasileira

A evolução do lucro líquido do banco Unibanco apresenta após a estabilização da economia, a partir de 1994, uma linha crescente, apesar do ano de 1995, com uma queda em relação a 1994. Em 1990, o Unibanco fechou com um lucro de R\$ 126 milhões de reais (em valores atuais), tendo uma pequena queda em 1991 e crescendo novamente em 1992. No pior exercício estudado, no ano de 1995, o Unibanco teve um lucro líquido de R\$ 112.615 milhões, e os resultados futuros e os resultados futuros, tendo um crescimento de 6 vezes em 4 anos chegando a casa dos 590 milhões de reais em 1999.

4.3. Banco Brasileiro de Descontos - BRADESCO

Figura 14 – Ativo Circulante em (em milhares de Reais)



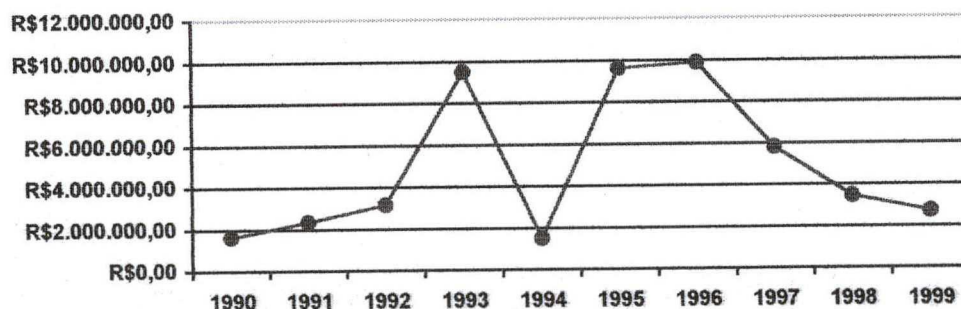
Fonte: Revista Bancária Brasileira

O Banco Brasileiro de Descontos- Bradesco, teve em 1990 um ativo total de R\$ 25.359.595,16 mil, sendo comparado com todo o exercício estudado como o segundo resultado mais fraco. O ano de 1991 foi o ano mais fraco em disponibilidade de recursos, com uma queda de 15,67 %. Os anos de 1992 e 1993 trazem consigo, um crescimento na disponibilidade de recursos, chegando a totalidade de R\$ 33.563 mil, o que corresponde a um crescimento de 32,35% em relação a 1990.

Os anos de 1994 e 1995 trazem a tona a diversificação dos produtos vinculados ao Bradesco com a produção e os mercados estando na base da canalização dos recursos para as áreas que demandam investimentos, o que pode explicar os bons resultados de 1995.

O ativo chega em 1997 com o montante R\$ 38.116.272 mil, o que representa um crescimento em relação a 1994 de 48,6%. O biênio 1998/1999 trouxe consigo uma flutuação negativa na disponibilidade de recursos, onde 1998 trouxe o melhor resultado do período estudado e tendo o ano de 1999 um ativo total de R\$ 36.155.604 mil, que corresponde a uma queda de 18,59 % em relação ao período anterior.

Figura 15 – Aplicação na Intermediação Financeira (em milhares de Reais)

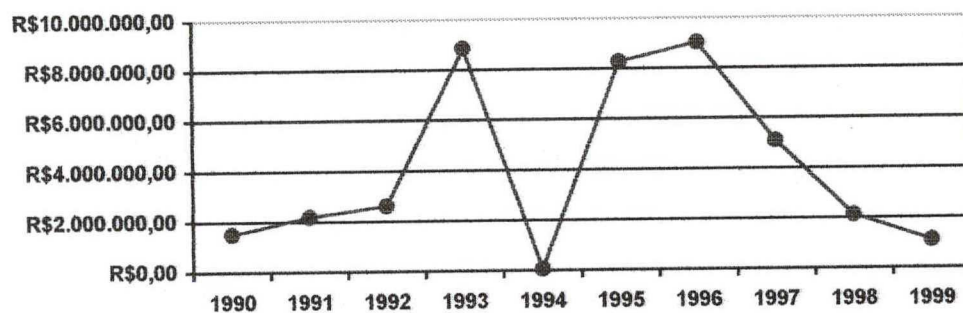


Fonte: Revista Bancária Brasileira

Este tipo de aplicação teve 2 períodos distintos. Os anos de 1990 a 1993 com um período de aplicação tendendo ao crescimento gradual e uma explosão no último ano, relativamente teve um crescimento de 485% da aplicação realizada em 1993 em relação a 1990, isto representa, em moeda, a um aumento de R\$ 7.889.482 mil em recursos aplicados na intermediação financeira. O ano de 1994 tem uma queda abrupta na disponibilidade de recursos se recuperando nos anos de 1995 e 1996, sendo estes anos os dois melhores anos do período estudado.

Dos anos de 1996-1999 a disposição de recursos para esta carteira começou a despencar, tendo como último resultado, o ano de 1999 com uma disposição de R\$ 2.732.055 mil, não sendo um dos melhores anos, voltando a ter um fraco desempenho como no início da década.

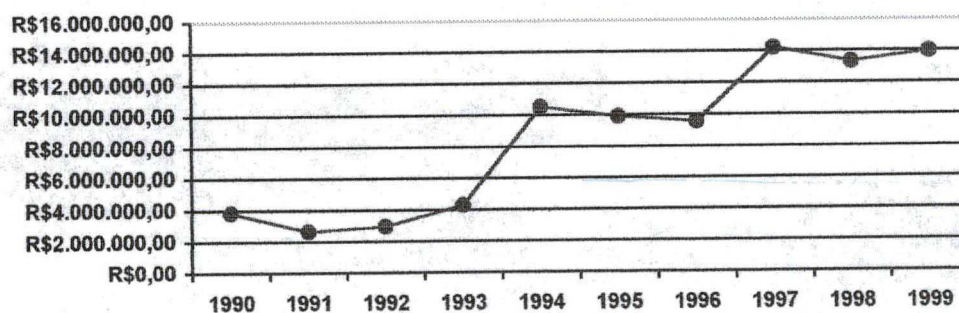
Figura 16 - Aplicação no Mercado Aberto (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

A figura apresenta num molde muito parecido ao analisado anteriormente, o que corresponde que a atração por títulos muito instável. Tendo dos picos de elevado valor; 1993 com R\$8.863.718 mil e 1996 com R\$ 9.030.959 mil e após esses dois bons resultados, o desinteresse por esse tipo de aplicação acontece após 1996.

Figura 17 - Operações de Crédito a receber – setor privado (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Os anos de 1990 e 1991, o Bradesco se manteve em todos os segmentos da economia, dando ênfase a produção, ao comércio e indústria. A oferta esteve concentrada no curto prazo, constituído de capital de giro para as empresas, porém ressaltasse um fator

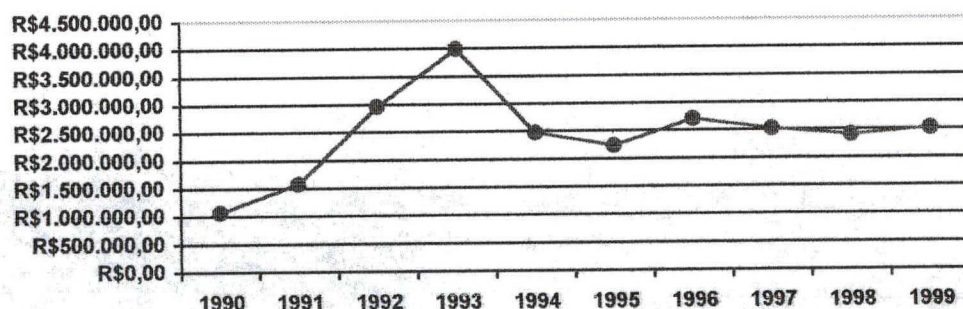
inibidor da expansão da continuidade do contingenciamento de crédito as pessoas físicas. As operações de crédito caíram em torno de R\$ 1 bilhão em 1991 em relação a 1990. O ano de 1993 surge com perspectivas de estabilização fazendo com que as operações de crédito se fortaleçam e se solidifiquem em 1994. Tendo como foco principal, o estímulo a produção e o consumo as operações se concentraram no curto prazo, notadamente dando ênfase na formação de capital de giro para as empresas.

O biênio 96-97 foi de consolidação e crescimento do montante de operações, tendo como destaque deste período as operações de crédito destinadas diretamente ao consumidor. O ano de 1997 destaca-se com um volume de R\$ 14.134.884,62 mil, com um crescimento de próximo a 40% em relação a 1994.

A quantidade crédito disponível pelo Bradesco apresentou variações muito grandes ao longo do período estudado. Com o aquecimento da economia a partir de julho de 1994, o Bradesco possibilitou empréstimos que totalizaram mais de R\$ 10 bilhões de Reais.

Mas, o melhor desempenho desta carteira foi no ano de 1997 com mais de R\$ 14 bilhões emprestados com um crescimento de 45% em relação ao ano anterior.

Figura 18 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais)

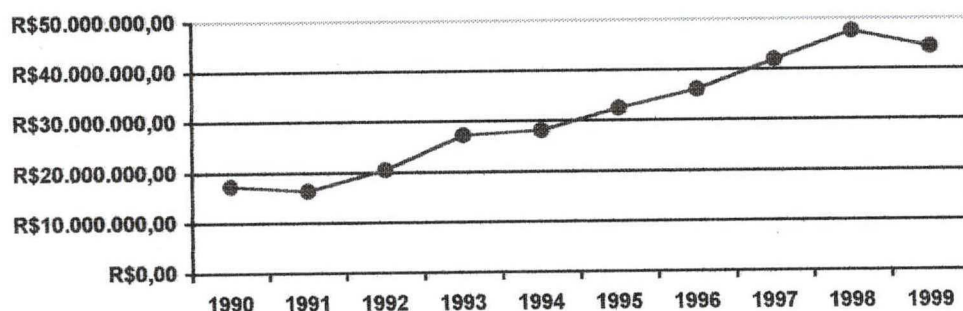


Fonte: Revista Bancária Brasileira

Apresentando duas fases, a primeira nos anos de 1990 a 1993 com uma trajetória crescente e uma segunda estável no período de 1994 a 1999. Comparativamente, o primeiro período teve um vertiginoso aumento nas operações cambiais chegando a casa dos R\$ 3.995.454,00, o melhor desempenho em todo o período estudado tendo um

aumento em relação a 1990 de 274%. A partir de 1994 as operações de câmbio do Bradesco se tornaram estáveis não fugindo da casa dos R\$ 2.5 bilhões ano.

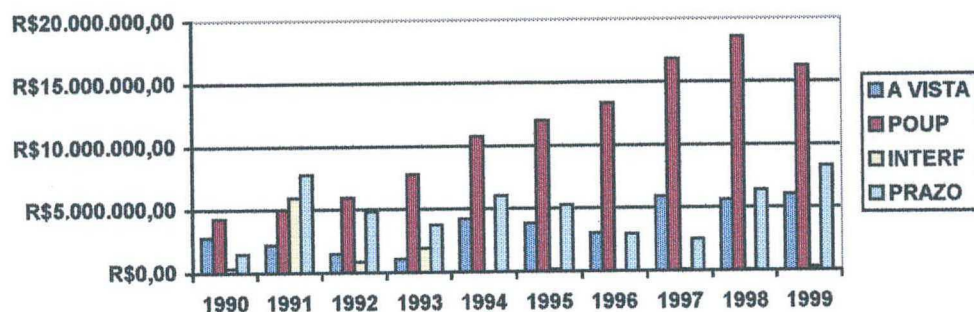
Figura 19 - Passivo Circulante (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

A captação global de recursos registrou no final de 1990 a quantia de R\$ 17.321.930,30 mil, o que representa, em relação ao período estudado, o segundo pior resultado global. Existindo um patamar contínuo de crescimento de 1992 a 1998, resultando num crescimento de 132,55% em valores atualizados, tendo em 1992 o montante de R\$ 20.462.699,21 mil captados no ano. A captação mantém-se crescente e chega a 1998 com um valor de R\$ 47.585.640 mil, o que represente um crescimento de 132,54%. A figura 20 apresenta parcela de captação de 4 principais fontes de captação de recursos, que são a caderneta de poupança, depósitos a prazo, depósitos a vista, e depósitos interfinanceiros.

Figura 20 - Depósitos (em milhares de Reais)



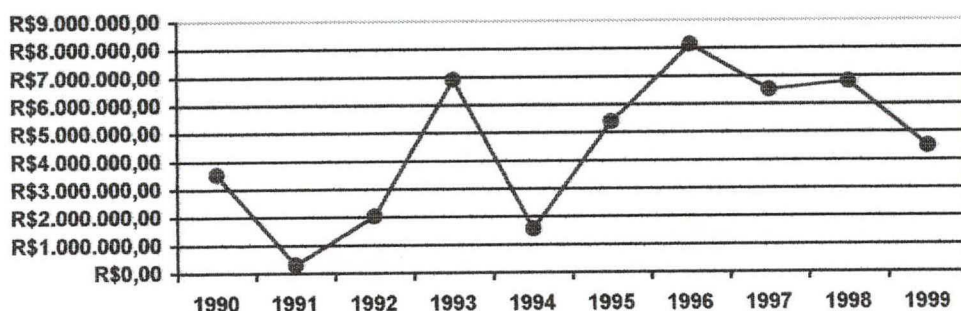
Fonte: Revista Bancária Brasileira

A carteira de depósitos a vista apresentou 3 patamares ao longo do período, onde proporcionou a quantia em 1990 de R\$ 2.786.777 mil mantendo-se decrescente até o ano de 1993 que teve um resultado de R\$ 1.058.314 mil, uma queda na captação na casa de 163,32%. Tendo uma grande recuperação em 1994 ultrapassa a captação de todo o período anterior, chegando a R\$ 4.188.072 mil, mantendo-se mais estável, tendo uma perda na captação menos sensível que o período anterior.

Os anos de 1997 a 1999 mantiveram-se constantes a captação em depósitos a vista e principalmente com uma captação mais alta que chegou a 6 bilhões de reais por ano. Em suma a captação dos depósitos a vista ao longo do período foi positiva partindo de 2,7 bilhões em 1990 para 6 bilhões em 1999. A carteira de depósitos em poupança foi a grande vedete do período, com constante crescimento, partindo de R\$ 4.290.972 mil em 1990 para chegar ao pico de R\$ 18.535.684 mil em 1998. Um crescimento de 332 % em valores aproximados em oito anos. Um resultado tão importante para a captação que os depósitos em poupança em 1998 representou 43 % do total do passivo circulante.

Os depósitos interfinanceiros em todo o período não tiveram grande importância, tendo o melhor desempenho em 1991, caiu no ostracismo em 1994 e não mais se recuperou tendo uma captação em 1999 de R\$ 235.073 mil o que corresponde a 0,52% do total do passivo em 1999.

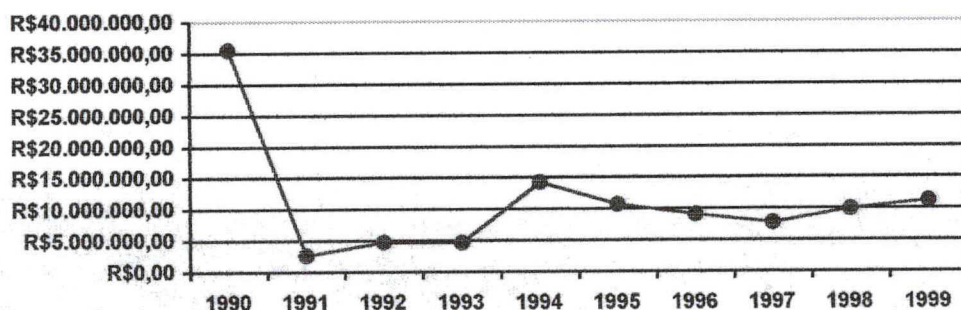
Figura 21 – Captação no Mercado Aberto (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

A carteira de negociação de títulos, apresenta sempre muito vulnerável por todo o período, apresenta dois período marcantes, sendo os anos de 1991 a 1993 e 1994 a 1996. No primeiro período a queda surge com o real que dá uma freada brusca nas negociações, e ressurgem nos anos vindouros e a partir de 1997 começa a cair gradativamente não mostrando segurança aos investidores.

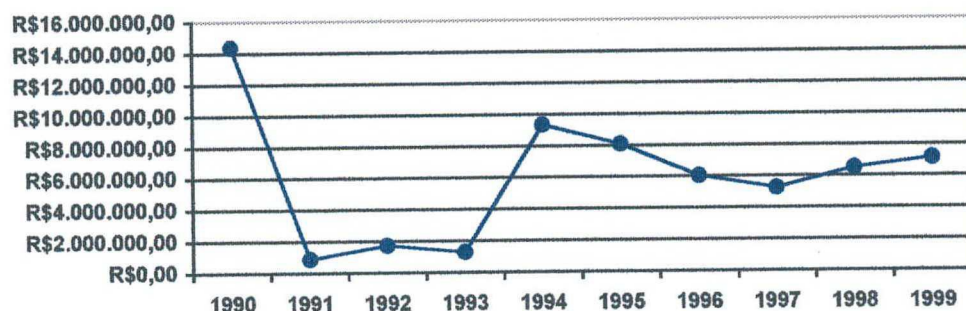
Figura 22 - Receita da Intermediação Financeira (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Para o Bradesco a estabilidade financeira trouxe maiores receitas para a instituição. A figura apresenta que a partir de 1994 as receitas subiram em relação ao período anterior e se estabilizaram numa média de R\$ 10 bilhões de reais. A tendência conforme a figura é a manutenção do crescimento, principalmente porque a economia brasileira a partir de 1991 vem mostrando sinais de crescimento.

Figura 23 - Receita de Operações de Crédito (em milhares de Reais)

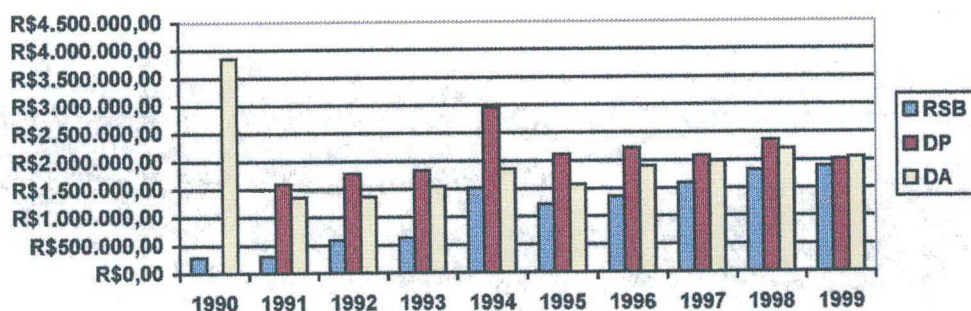


Fonte: Revista Bancária Brasileira

As receitas de operações de crédito não foram vantajosas após o ano de 1994, principalmente porque os valores em média cresceram 200% ao longo do período.

Esta afirmação é observada comparando os período de 1991 a 1993, onde a receita com crédito não ultrapassaram a casa dos R\$ 2 Bilhões, tendo o melhor resultado em 1992 com R\$ 1.735.281 mil contra uma receita em 1994 de R\$ 9.354.628 mil um acentuado crescimento de 439% em decorrência da estabilidade que já dava mostras em 1993 e principalmente com o plano Real, onde estabilizou o processo inflacionário.

Figura 24 - Receita de Serviços Bancários x Despesa de Pessoal x Despesa Administrativa (em milhares de Reais)



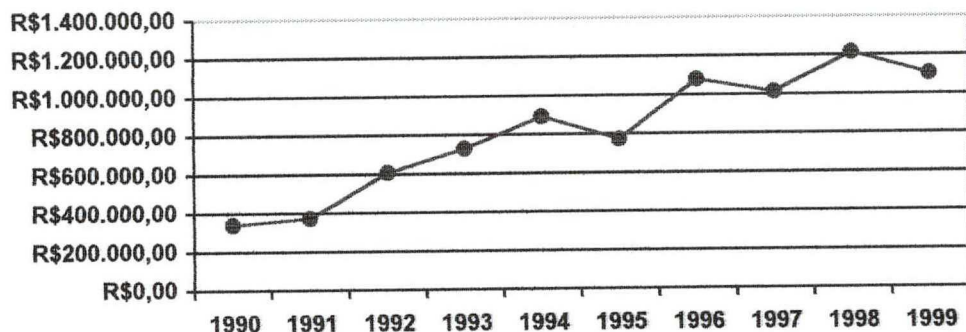
Fonte: Revista Bancária Brasileira, elaborado pelo autor

A evolução da receita de serviços bancários é crescente desde 1991 até 1999.

Saindo de R\$ 285,245 mil para R\$1,887.594 mil, um crescimento de 561% ao longo de 9 anos.

Contrariamente a despesa com pessoal se estabilizou a partir de 1995, na casa dos R\$ 2 bilhões de reais. O que vem crescendo ao longo dos anos é a despesa administrativa que em 1999 superou a despesa de pessoal em 4% no último ano estudado.

Figura 25 - Lucro Líquido (em milhares de Reais)

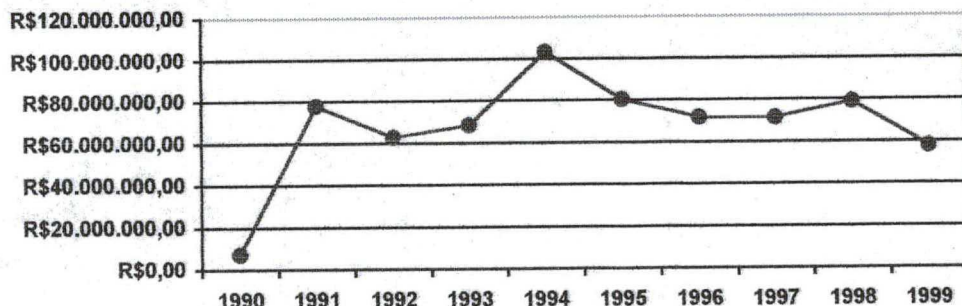


Fonte: Revista Bancária Brasileira

O lucro líquido do Bradesco em 1999 foi de R\$ 1,104,806 mil o que corresponde a um crescimento em relação a 1994, quando implementado o real de 24%. O crescimento do lucro caminha junto com o crescimento da economia e coincidentemente a economia brasileira cresceu mais nos anos pares que nos anos ímpares.

4.4. Banco do Brasil S/A

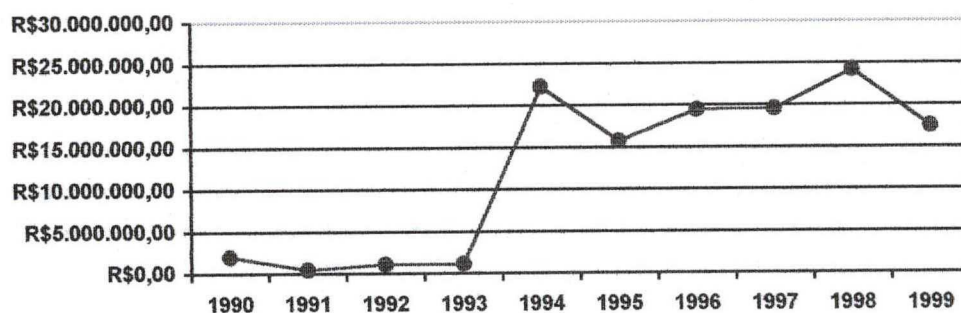
Figura 26 - Ativo Circulante (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Estabelecido há mais de 1 século no Brasil, o Banco do Brasil traz consigo uma grande captação de recursos. Numa média do período em torno de R\$ 70 bilhões, Banco do Brasil se torna o banco comercial com o melhor desempenho em relação a quantidade de ativo circulante. Sendo seu melhor ano o de 1994, chegando a disponibilizar R\$ 103.297.835 mil um recorde na disposição de recursos no Brasil. Descartando o ano de 1990, o pior resultado foi o ano de 1999 com R\$ 57.947.230 mil. Em relação a 1994 teve um desempenho 78% a menor de disposição de recursos para o público consumidor.

Figura 27 – Aplicação na Intermediação Financeira (em milhares de Reais)

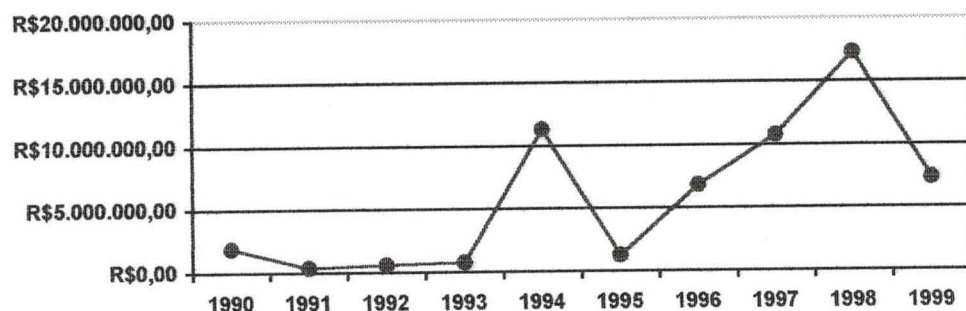


Fonte: Revista Bancária Brasileira

Duas tendências bem definidas. Os primeiros 4 anos que compreende de 1990 a 1993 o Banco do Brasil praticamente não se utilizou desse tipo de aplicação. A partir de 1994 há uma mudança na política de aplicações e passa a investir maciçamente na compra e venda de títulos chegando a comprar em 1994 R\$22,241,701 mil reais, tendo o mesmo desempenho em 1998 com R\$ 24,185,588 mil.

O patamar de aplicação cresceu de R\$ 1.121.146 mil em 1993 para R\$ 22.241.701 mil para 1994, um crescimento de 1883% em apenas 1 ano. Mantendo-se nesse nível de disposição de recursos nos demais anos do período com uma pequena variação negativa em 1995 e 1999.

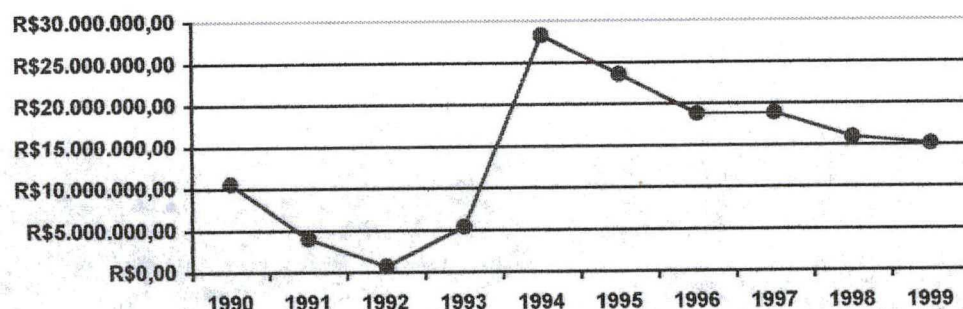
Figura 28 – Aplicação no Mercado Aberto (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

A aplicação no mercado aberto tem um comportamento positivo a partir de 1995, com um grande crescimento registrado no período a saber, que em 1995 teve recursos na ordem de R\$ 1.261.168 mil crescendo até 1998, chegando ao pico de R\$ 17.270.785 mil, um aumento de 1.270%. Contudo o ano de 1999 teve o montante diminuído em 134.56%, passando para R\$ 7.363.067,00 mil.

Figura 29 – Operações de Crédito a receber do Setor Privado (em milhares de Reais)



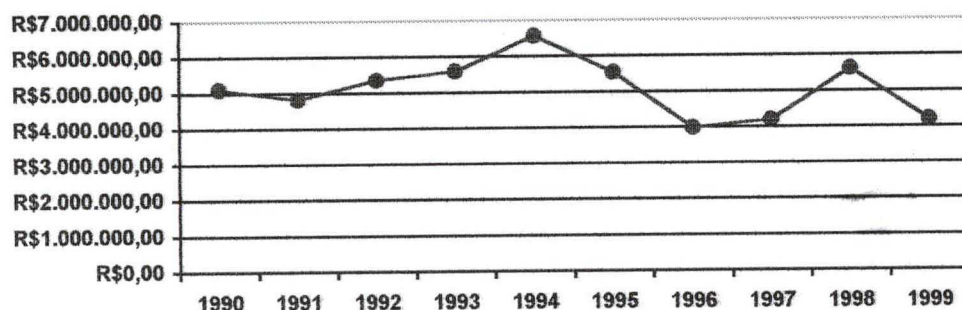
Fonte: Revista Bancária Brasileira

Excluindo os períodos de ascensão de 1993 e 1994, a tendência de disponibilidades de recursos no curto prazo vem diminuindo gradativamente. Isto significa que os setores produtivos da economia se encontram retraídos junto ao financiamento. As operações de crédito vem diminuindo gradativamente chegando a 1999 com R\$ 15.455.082 mil contra R\$ 43.490.213 mil, uma perda de 181% em 6 anos, considera-se que esta perda foi gradativa ao longo do período após a implantação do real.

Durante os anos de 1990-1994, apresentou uma flutuação que variava entre a ampliação da capacidade de crédito, sobretudo nos anos de 1992 e 1994. O anos de 1992, com uma maior disponibilidade de recursos dispensados para o financiamento da safra, ocorre um crescimento nos valores emprestados, observando um maior volume de um período de inflação com mais de 2 dígitos anuais.

Em 1994 o volume dá uma disparada e chega a R\$ 24.170.536 mil, o que representou um entusiasmo do setor produtivo no período. Os anos de 1995 e 1996 representam um período de recessão comparado a 1994 caindo o volume de operações na casa dos 35%, chegando a 1996 com R\$ 10.286.952 mil. Os anos de 1998 e 1999 mantiveram-se a tendência do período anterior na casa dos 10 bilhões de Reais.

Figura 30 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais)

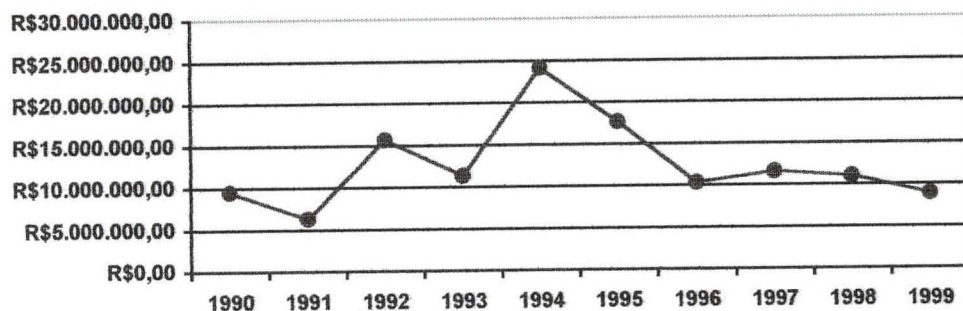


Fonte: Revista Bancária Brasileira

Numa média estabilizada em torno de R\$ 5 bilhões, os contratos de câmbio realizados pelo Banco do Brasil não sofreram flutuações importantes no período estudado.

Salienta-se uma pequena flutuação no período de 1994 com um movimento de R\$ 6.569.296 mil. O movimento de 1996 apresenta uma queda de 19% em relação a 94 com um movimento de R\$ 3.977.308 mil que significa menos 65% de contratos (em volumes monetários) realizados num período de 2 anos.

Figura 31 – Operações de Crédito a Longo Prazo (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

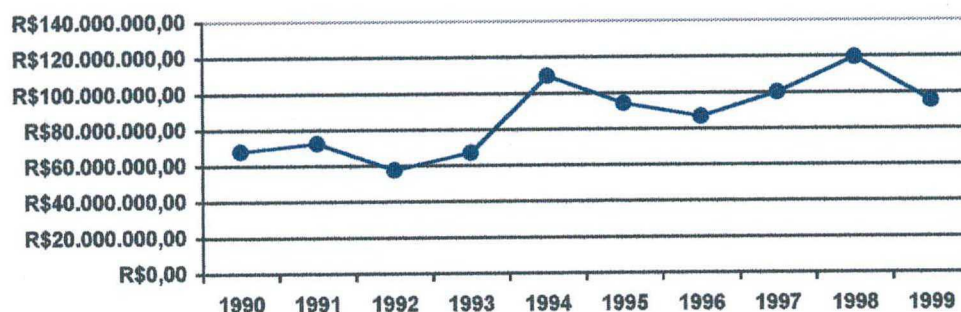
Durante os anos de 1990-1994 apresentou uma flutuação que variava entre a ampliação da capacidade de crédito, sobretudo nos anos de 1992 e 1994. Cabe também salientar que os ano de 1991 foi um ano de poucos contratos a longo prazo, movimentando R\$ 6.304.979 mil em contratos. O ano de 1992, com uma maior disponibilidade de recursos dispensados para o financiamento da safra dá um crescimento nos valores emprestados, observando o maior volume de um período de inflação com mais de 2 dígitos anuais.

Em 1994 o volume da uma disparada e chega a R\$ 24.170.536 mil o que representou um entusiasmo do setor produtivo no período. Os anos de 1995 e 1996 representaram um período de recessão comparado a 1994 caindo o volume de operações na casa dos 35% chegando a 1996 com um volume de R\$ 10.286.952 mil. Os anos de 1998 e 1999 mantiveram-se na tendência do período anterior na casa dos 10 bilhões de Reais em operações de crédito a longo prazo.

O Banco do Brasil disponibilizou montantes superiores a R\$ 10 bilhões em 7 anos consecutivos, priorizando o crédito rural com financiamentos sobretudo da safra de grãos.

O ano com maior quantidade de crédito disponível foi o de 1994, que ultrapassou a casa dos R\$ 24 bilhões de reais um aumento de 53% em relação ao ano anterior. A partir de 1997 o crédito captado junto a esta instituição começou a cair, chegando em 1999 com empréstimos 11% menores que em 1997.

Figura 32 – Passivo Circulante (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

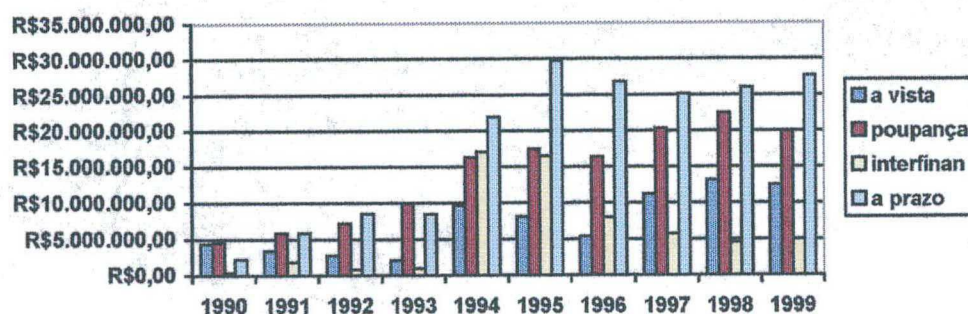
O passivo circulante apresentou um desempenho positivo ao longo do período, apresentando um volume captado em torno de 70 bilhões entre 1990 e 1993 e sobe após 1994 para 100 bilhões que se mantém até o fim do período.

Os recursos captados com a caderneta de poupança e os depósitos a vista representaram 10% da captação no primeiro período, que compreende os anos de 90-93.

O ano de 1994 é o segundo melhor ano na captação de recursos com um montante de R\$ 109.734.736 mil superando em 63% o volume do período anterior.

Os dois anos seguintes, 1995 e 1996, apresenta uma pequena queda que é superado pelo anos de 97 e 98 tendo um crescimento impulsionado sobretudo pelos depósitos a prazo. A figura 33 apresenta o desempenho das 4 contas de captação de recursos:

Figura 33 – Depósitos a vista x Depósitos em poupança x Depósitos interfinanceiros x Depósitos a prazo (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Os depósitos a prazo tornaram-se a fonte de recursos do período passando de R\$ 2.204.542 mil em 1990 para R\$ 29.743.553 mil no final de 1995, um aumento de 1250% em 5 anos.

A caderneta de poupança e os depósitos a vista também tiveram sua parcela de desempenho, apresentando um crescimento no período de estabilização da moeda, a partir de 1994.

A poupança teve seu melhor desempenho em 1998, com uma captação de R\$ 22.418.898,00 superior em 37 % ao período de início do plano Real.

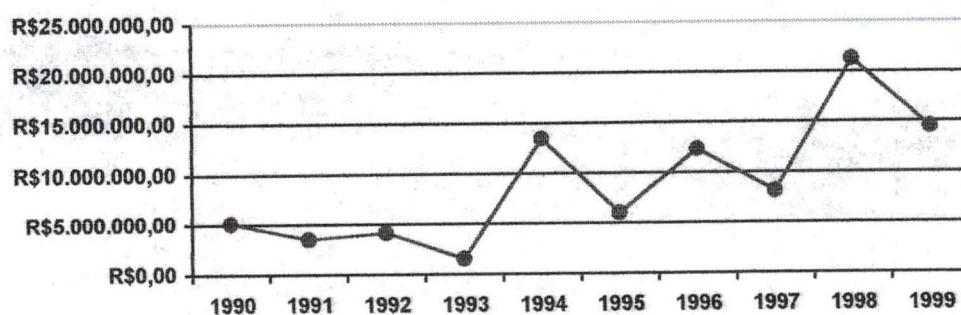
Os depósitos a prazo, também apresentaram bom desempenho em todo o período, excetuando-se os anos de 1990 e 1993 que ficou a baixo na captação da poupança.

Em 1995, o Banco do Brasil captou R\$ 29.743.553,84 mil em operações no mercado aberto, mantendo-se realizando essas operações num patamar médio acima de 25 bilhões de reais.

Os depósitos a vista apresentaram um crescimento após o real apresentando um melhor desempenho nos anos de 1998 e 1999 com captações de R\$ 13.116.164,40 mil em 1998 e R\$ 12.501.460,00 em 1999.

Os depósitos interfinanceiros, quase obscuros no período entre 1990 a 1993, obtiveram um bom desempenho em dois anos em todo o período. Em 1994 com uma captação de R\$ 17.080.885,80 mil e 1995 com R\$ 16.475.019 mil; já apresentando uma inclinação negativa que se manteve nos outros anos.

Figura 34 – Captação no Mercado Aberto (em milhares de Reais)



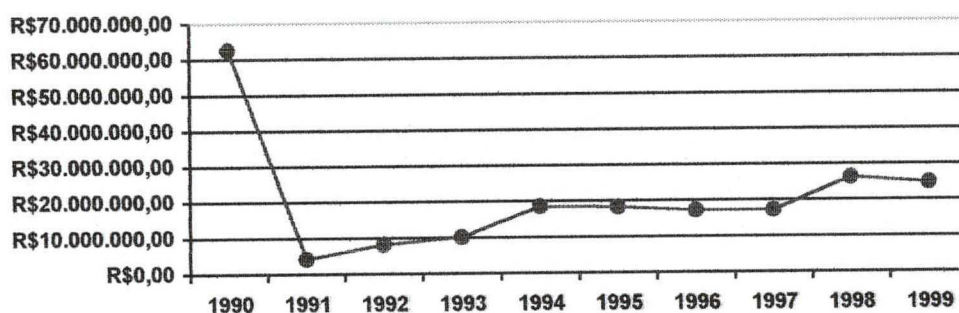
Fonte: Revista Bancária Brasileira

Para o Banco do Brasil as captações em mercado aberto, não se apresentaram constantes ao longo do período estudado.

De 1990 a 1993 apresentou uma queda suave saindo de R\$ 5.121.228 mil em 1990 para R\$ 1.558.784,90 mil.

De 1994 a 1999 apresenta uma “montanha russa”, e um ótimo desempenho em 1998 com uma captação de R\$ 21.276.220,80 mil, sendo o melhor ano depois do Real.

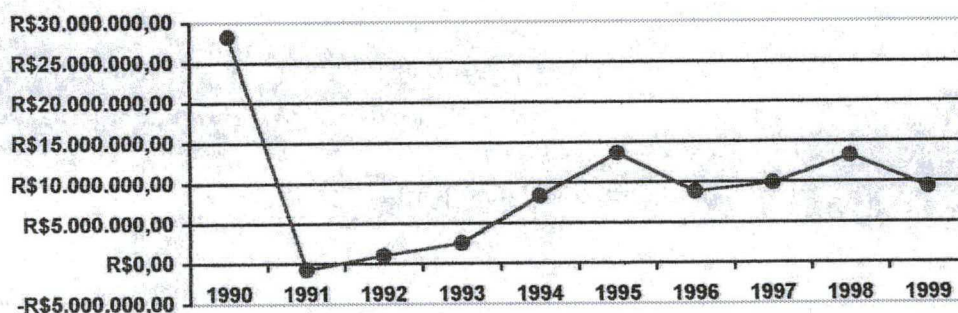
Figura 35 – Receita da Intermediação Financeira (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Apresentou-se constante, numa média de 20 bilhões no período compreendido entre 1994 e 1996. Contudo teve seu melhor desempenho em 1998 com R\$ 26.366.910,00 mil, um crescimento de 41,8 % comparado com 1994.

Figura 36 – Receita da Operação de Crédito (em milhares de Reais)



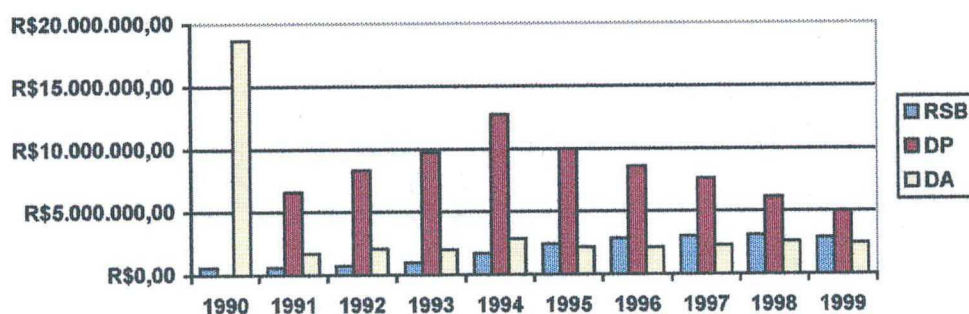
Fonte: Revista Bancária Brasileira

Apresenta dois picos de bom desempenho e um ponto de prejuízo ao longo do período em estudo.

Em 1995 e 1998, a economia foi propícia para a melhora no desempenho do crédito para o Banco do Brasil, obtendo uma receita de R\$ 13.591.675 mil em 1995 e R\$ 13.249.611 mil em 1998. O pior desempenho foi no ano de 1991 acumulando um prejuízo de R\$ 726.906 mil.

Porém apresenta uma recuperação nos outros anos, o que faz ter uma bom desempenho, na média, durante todo o período.

Figura 37 - Depósitos a vista x Depósitos em poupança x Depósitos interfinanceiros x Depósitos a prazo (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira, figura elaborada pelo autor

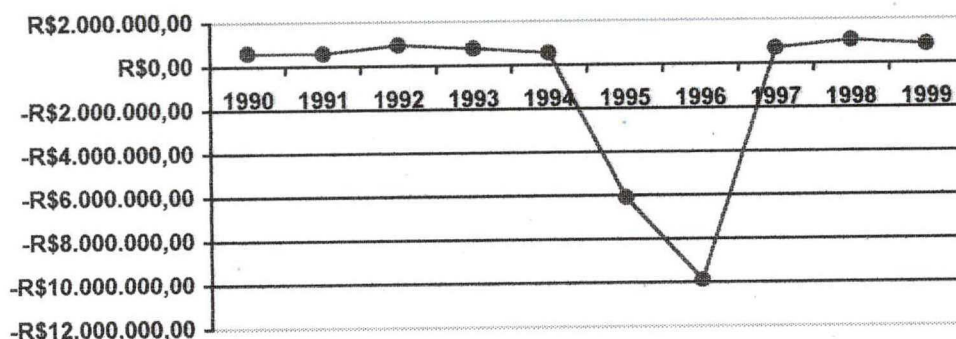
O Banco do Brasil é o banco que apresenta a maior despesa com pessoal de todos os 4 bancos estudados. Estas despesas chegaram a 1994 em R\$ 12.728.542 mil contra R\$ 9.715.419,34 mil no exercício anterior.

A partir de 1995, apresenta uma constante queda, chegando em 1999 com R\$ 5.011.755,00, uma queda de 154% em 5 anos.

As despesas administrativas, excluindo 1990, estiveram na média de 2 bilhões de reais entre os anos de 1991 a 1999.

As receitas com serviços bancários tem mostrado elevação de seus valores, principalmente a partir de 1995 com R\$ 2.410.133 mil e chega a 1999 com R\$ 2.879.678 mil, apresentando um crescimento de 19%.

Figura 38 - Lucro Líquido (em milhares de Reais)



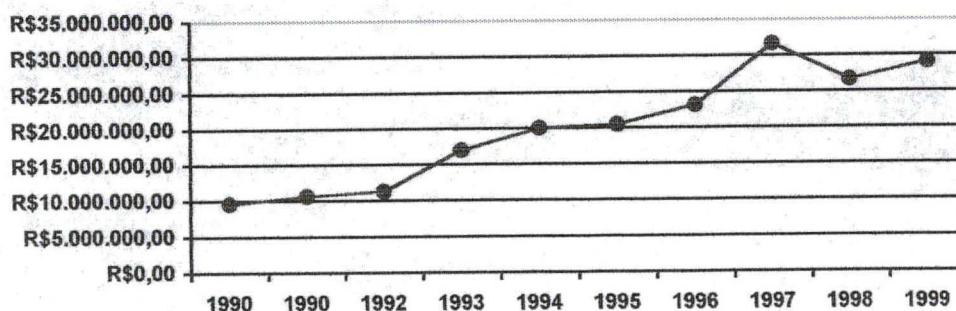
Fonte: Revista Bancária Brasileira

De todos os bancos estudados o Banco do Brasil, foi o único que apresentou prejuízo em seu balanço. Em 1995 com R\$ 6.082.267,62 e 1996 com R\$ 9.870.109 mil.

Nos demais anos apresenta desempenho satisfatório dentro do sistema financeiro brasileiro, apresentando em 1998 o melhor resultado, com R\$ 1.043.871,60 mil.

4.5 – Banco Itaú

Figura 39 – Ativo Circulante (em milhares de reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

O ativo circulante, ao longo de todo o período, se comportou em escala crescente, chegando ao ponto máximo em 1997 com um valor corrigido de R\$ 31.682.821,72 mil, sendo o melhor ano para o banco Itaú, na questão de disponibilizar montantes de recursos para os agentes dentro da economia.

O triênio 1990-1992 se comportou estacionário, na casa dos 10 bilhões, o que representa um comportamento uniforme da economia no triênio. O ano de 1993 começa com um cenário econômico mais otimista e com esse intuito o ativo circulante demonstra essa propensão disponibilizando maior quantidade de recursos que se prolonga por todo o restante da década.

A partir do ano de 1992, apresenta um crescimento que se estabiliza nos anos de 1994 e 1995, o interessante é que o ano de 1994, a conta do ativo circulante não deu um grande salto como visto nos outros bancos estudados.

Em 1997, o ativo possuía em torno de R\$ 32 bilhões, sendo este o melhor resultado de todo o período.

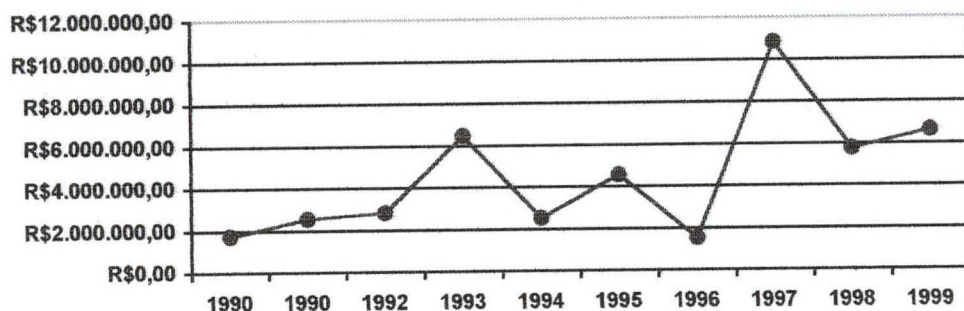
Quadro 9 – Crescimento Percentual do Ativo Circulante

ANO BASE	VALORES EM MIL REAIS	INDICE 1994=100	CRESCIMENTO % ANO/ANO
1990	R\$ 9.560.589,65	47,80009	
1991	R\$ 10.637.181,53	53,18273	5,382638
1992	R\$ 11.260.134,58	56,29731	3,114579
1993	R\$ 16.955.259,33	84,77123	28,47392
1994	R\$ 20.001.196,05	100	15,22877
1995	R\$ 20.451.329,47	102,2505	2,2505
1996	R\$ 23.095.497,34	115,4706	13,22005
1997	R\$ 31.682.821,72	158,4046	42,93405
1998	R\$ 26.638.754,40	133,1858	-25,2188
1999	R\$ 29.029.795,00	145,1403	11,95449

Fonte: Revista Bancária Brasileira, quadro elaborado pelo autor

O crescimento é aparente em todos os anos com exceção de 1998 com um decréscimo de 25% em relação ao ano anterior. Em 1997 o ativo ultrapassou a casa dos 31 bilhões de Reais, sendo este o melhor resultado do período. O Itaú apresentou movimento positivo em 1999 comparando ao ano anterior, teve um crescimento em torno de 3 bilhões; no caso do Itaú apresentando um crescimento na casa dos 12%.

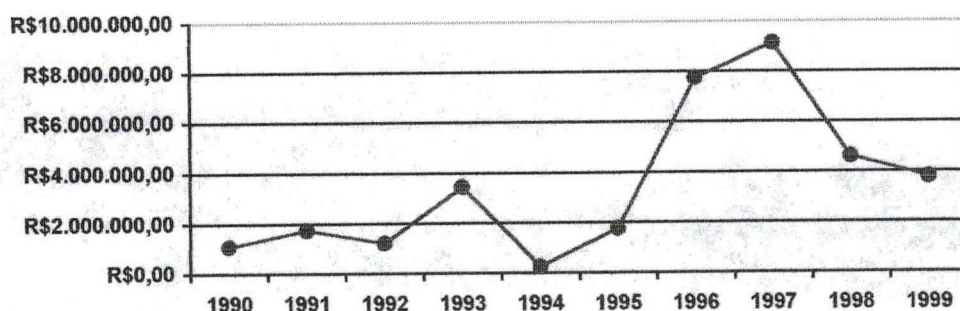
Figura 40- Aplicação Interfinanceira de Liquidez (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

A aplicação interfinanceira teve muita inconstância ao longo do período, sendo responsável por 18% do ativo total no ano de 1990 o que representa R\$1.740.115,90 mil em aplicações em outros bancos, mantendo um pequeno crescimento nos anos de 1991 e 1992. O ano de 1993 dá um salto chegando a casa dos R\$ 6.467.981,04 mil o que representou 38% do ativo total. Os anos de 1998 e 1999 demonstram uma queda em relação a 1997, porém superou aos 7 primeiros períodos estudados, chegando a casa dos R\$ 6 bilhões de reais, contudo em termos percentuais a aplicação interfinanceira em 1998 representou 21% do total do ativo circulante e em 1999 23% do total do referido ativo.

Figura 41 – Aplicação no Mercado Aberto (em milhares de Reais)

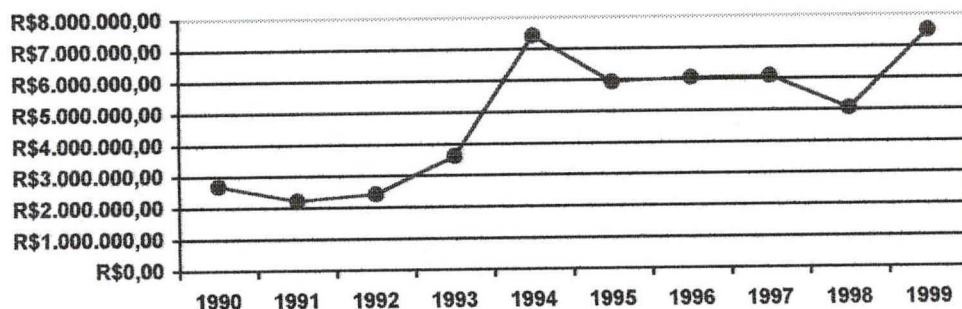


Fonte: Revista Bancária Brasileira

A aplicação em mercado aberto teve grande volume após o plano real, onde totalizou a quantia de aproximadamente R\$ 9 Bilhões no ano de 1997. Os anos de 1990 a 1992, não foram anos de grandes montantes disponibilizados para essa carteira. Durante o

período de alta da inflação o ano de 1993 representou o ano de melhor desempenho nessa carteira tendo uma queda abrupta em 1994, recuperando-se fulminantemente durante o período 1995 a 1997 e finalizando durante os períodos de 1998 e 1999 com margens superiores ao do período inicial estudado.

Figura 42 – Operações de Crédito a Receber Setor Privado



Fonte: Revista Bancária Brasileira

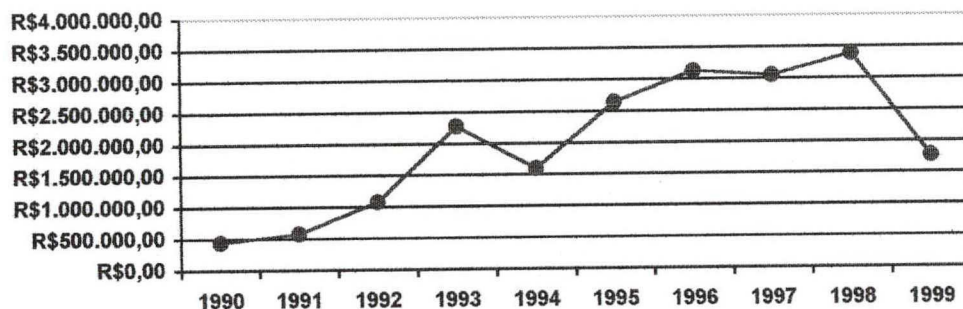
O volume da operação de crédito em curto prazo no ano de 1990 totalizou um montante de R\$ 2.648.634 mil, chegando a 99,4% do total disponibilizado para o setor privado. Em 1991, ocorreu uma pequena queda em valores reais, porém o banco Itaú dispensou atenção ao crédito agrícola realizando no período 36.000 operações de crédito na carteira de crédito rural, também faz parte no ano de 1991 o desempenho ao crédito as micro-empresas através do FINAME com a ampliação da sua base de financiamento. A carteira de crédito imobiliário foi inexpressiva. A provisão para crédito em situação duvidosa representa 1,3% do total da carteira.

O ano de 1992 manteve-se nesta mesma diretriz e o ano de 1994 com o advento do real teve R\$ 5,6 milhões em financiamentos contra R\$ 22 milhões em leasing. Em 1995 a grande pulverização na carteira de crédito permitiu ao Itaú estabelecer limites nas operações de crédito, permitindo e por sua vez estruturando um padrão de qualidade em seus ativos.

Os anos de 1996 e 1997 mantêm-se estabilizados em torno de 6 bilhões de reais, causado principalmente pela estabilização do volume de empréstimo, o mesmo ocorrendo em 1997. Novos modelos de gestão de riscos e aplicação de novas formas de crédito são aplicados durante o ano e tem resultados positivos, fazendo com que a provisão para créditos em situação duvidosa ficasse zerada.

Os anos de 1998 e 1999, tendo como parâmetro a política de riscos iniciada em 1996, passou a dar os resultados, chegando ao ano de 1999 com um montante emprestado a curto prazo igual a R\$ 7.510.914,00 mil tendo o melhor resultado em todos esses anos aqui abordados.

Figura 43 – Carteira de Câmbio (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

Durante todo o período estudado, as operações de câmbio mantiveram-se numa trajetória crescente, com dois períodos distintos, nos anos de 1990-1993 e 1994-1998, mostra-se com situação cíclica perante as relações econômicas existentes durante o período estudado. No período de inflação superior a dois dígitos no país, a carteira de câmbio se comportou num crescente ano a ano, saindo de um patamar, em 1990 de R\$ 442.399 mil para 2.278.306 mil em 1993, um aumento nas transações equivalente a 514 % em três anos. O segundo período foi mais expressivo para a organização, saindo de um patamar de R\$ 1.593.959,40 mil em 1994 para R\$ 3.387.703,20 mil em 1998, um aumento em negociações em torno de 212% num período de 4 anos.

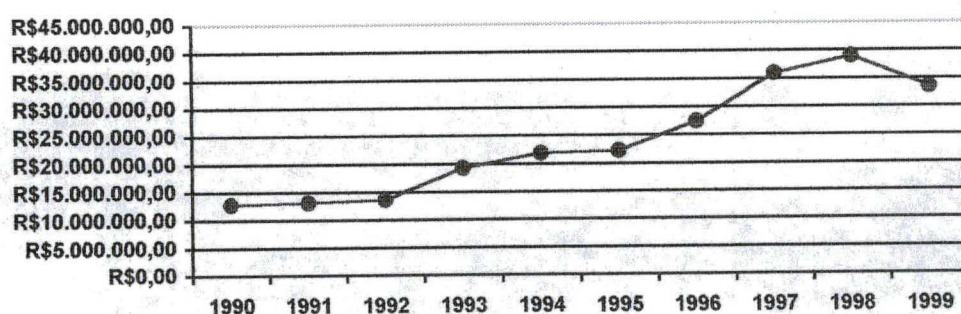
Quadro 10 – Crescimento Percentual do Crédito Disponível

ANO BASE	VALORES EM MIL REAIS	ANO BASE 1994=100	CRESCIMENTO % ANO/ANO
1990	R\$ 2.737.197,37	82,04992	
1991	R\$ 2.559.979,74	76,73767	-5,31226
1992	R\$ 2.352.023,89	70,50401	-6,23366
1993	R\$ 2.242.679,22	67,2263	-3,2777
1994	R\$ 3.336.014,55	100	32,7737
1995	R\$ 3.348.736,82	100,3814	0,3814
1996	R\$ 3.735.273,74	111,9681	11,58679
1997	R\$ 4.186.038,38	125,4802	13,51207
1998	R\$ 4.543.362,00	136,1913	10,71109
1999	R\$ 4.277.239,00	128,214	-7,97727

Fonte: Revista Bancária Brasileira, quadro elaborado pelo autor

A carteira de Longo prazo do banco Itaú se comportou em dois patamares distintos, no período de 1990 a 1993 em relação ao todo, não foi um período positivo para esta carteira financeira, estabilizando-se na média de volume emprestado, em torno de R\$ 2,5 bilhões de reais. O ano de 1998 torna-se o melhor de todos os anos, impulsionado pelo redirecionamento que a instituição fez, as operações de crédito a longo prazo chegaram a casa de R\$ 4.543.362,00 sendo este o melhor ano de todo o período estudado.

Figura 44 – Passivo Circulante (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

O comportamento do passivo circulante do banco Itaú se comportou de uma forma crescente e ascendente durante todo o período estudado. O ano de 1990, teve em valores atualizados R\$ 12.760.712 mil, desses 13,7% correspondiam aos depósitos a vista, 17,2% correspondiam aos depósitos em poupança e 10,5% correspondiam aos depósitos a prazo. O ano de 1991 não teve uma variação significativa nos montantes de valores, tanto

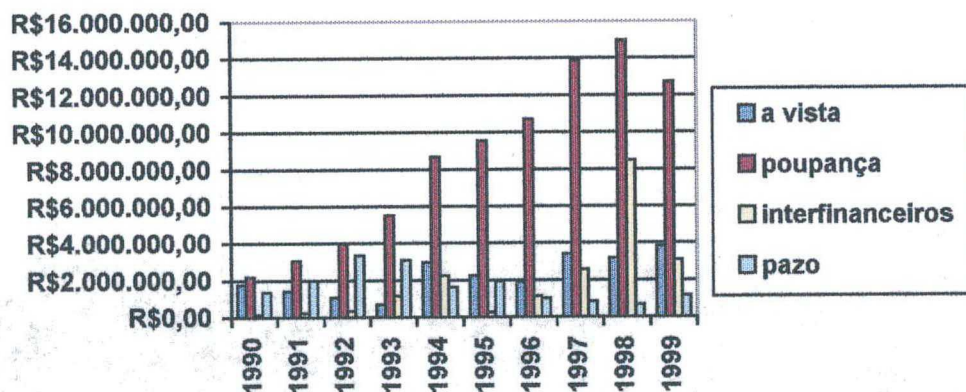
quanto 1992; enfim o triênio 1990-1992 se comportou homogêneo quanto a captação de valores junto aos agentes. O ano de 1993 apresenta um crescimento em relação ao período anterior, tanto que o resultado da captação chega a marca de R\$ 19.263.964 mil, o que supera em mais de 66% o resultado de 1990.

O principal captador de recursos do período é a caderneta de poupança que corresponde a mais de 28% do total captado, seguido do depósito a prazo com 16% do total captado. Os anos de 1996, 1997 e 1998 são os melhores anos de todo o período, dando uma maior ênfase ao ano de 1998 com um passivo total de R\$ 38.938.078,80, um crescimento de 305% em relação a 1990.

Como principal responsável por este desempenho esta a caderneta de poupança com um depósito total de R\$ 14.969.080 mil, o que corresponde a 38% do total captado pelo Itaú.

A figura 45 representa as quatro contas principais de captação no mercado bancário para com o público.

Figura 45 - Captação no Mercado Financeiro (em milhares de Reais)



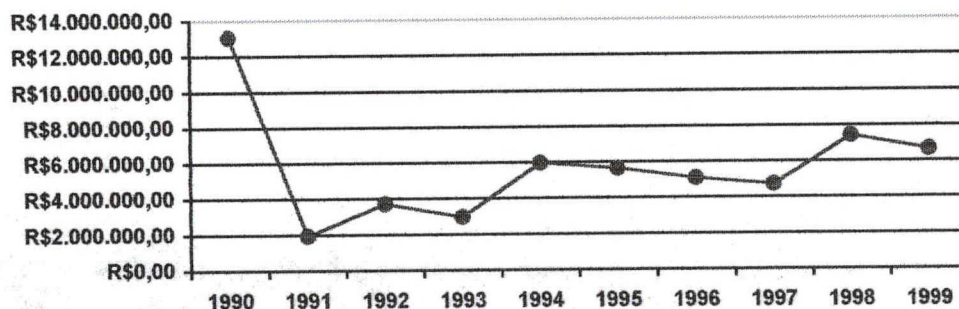
Fonte: Revista Bancária Brasileira, elaborado pelo autor

Como carro chefe de todo o período, encontra-se a caderneta de poupança, que em 1990 alcançou a cifra de R\$ 2.200.958 mil Reais, tendo o melhor desempenho de todas as aplicações estudadas, este valor acarretou um impacto no passivo no valor de 17,25% do total captado, seguido do depósito a prazo com 10,56% do total captado, sendo a poupança o principal agente captador de recursos para o Itaú. O ano de 1991 trouxe o fundo de investimentos Itaú como o segundo maior captador de recursos, porém a caderneta de

poupança é que trouxe um crescimento real de 38 % em relação a 1990, propiciando ao Itaú um salto de participação no mercado.

Em 1992, mantém o desempenho, com a caderneta de poupança chegando a casa dos R\$ 4 Bilhões e o depósito a prazo é que ganha destaque no ano com uma captação de R\$ 3.344.458,80 mil, um aumento de 58,7 % em relação ao período anterior. Os depósitos interfinanceiros não merecem comparativamente aos demais grande destaque e os depósitos a vista mantém-se estáveis não ultrapassando a casa dos R\$ 1,5 Bilhão nos três primeiros períodos. O ano de 1994 merece um destaque para os depósitos a vista, com uma cifra de R\$ 2.974.108 mil, tendo o melhor desempenho no período estudado, com um crescimento em relação a 1993 de 384,85 % em relação ao ano de 1993. O ano de 1995 e 1996 , a caderneta de poupança merece um destaque, que em 1996 ultrapassa a quantia de 10 bilhões de Reais em recursos captados, e que se mantém num crescente nos períodos seguintes, excluindo 1999 com uma pequena queda. O triênio 1997 a 1999 traz uma evolução na captação, principalmente nos depósitos interfinanceiros que em 1998 chega a captar R\$ 8.469.090 mil, um crescimento de 230% na captação de recursos nessa carteira.

Figura 46— Receita da Intermediação Financeira



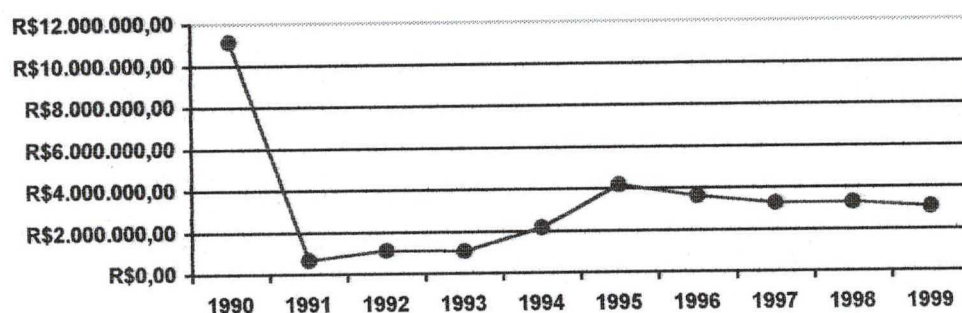
Fonte: Revista Bancária Brasileira

Excluindo o ano de 1990, os demais períodos mantiveram-se numa relativa constância, quanto ao quadro que aqui de desenha, tendo flutuações de 1991 a 1994, a receita de intermediação financeira teve um salto, passando de R\$ 1.925.324 mil para R\$ 5.984.155 mil, um crescimento na ordem 210 % fruto das operações de financiamento e leasing.

O período de 1994 a 1997 foi em decorrência da política de restrição de crédito adotado pelo próprio banco com o intuito de reduzir o nível de risco para empréstimos em situação duvidosa, aliado sem dúvida alguma com a conjuntura econômica do período.

Em 1999, o banco Itaú oferta crédito para as micro e pequenas empresas, esta postura mais a recuperação da atividade econômica, faz com que a perda no ganho da intermediação financeira fosse menos acentuado.

Figura 47 – Receita da Operação de Crédito (em milhares de Reais)



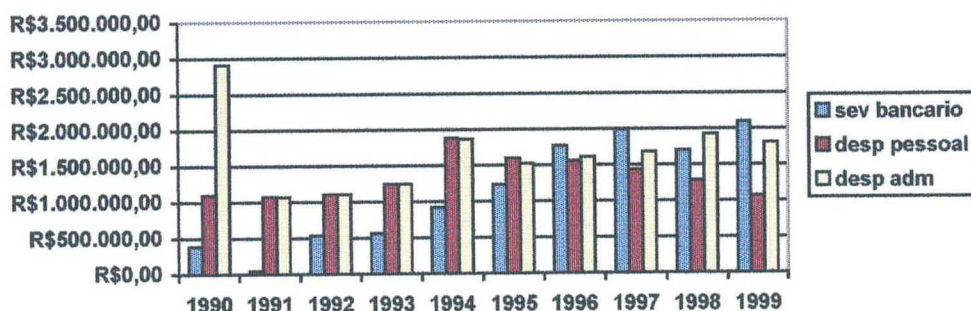
Fonte: Revista Bancária Brasileira

Apresenta duas características bem definidas. A primeira uma crescente elevação que vai de 1991 até 1995 e a segunda que se estende de 1996 a 1999, apresentando um declínio suave nas receitas de operações de crédito.

O melhor desempenho foi o ano de 1995 com uma receita de R\$ 4.180.314,71 mil, contra o pior desempenho que foi em 1991 com R\$ 658.395 mil.

O que se pode observar, que a partir de 1994 a receita com crédito teve um crescimento e uma estabilidade de rendimento para o banco Itaú, mantendo-se numa média de R\$ 3.8 bilhões de reais ano.

Figura 48 – Receita de Serviço Bancário x Despesa de Pessoal x Despesa Administrativa (em milhares de Reais)



Fonte: Revista Bancária Brasileira

De 1990 a 1994 as despesas de pessoal e administrativa eram predominantes no gráfico apresentado, que apresentaram uma transformação a partir de 1994.

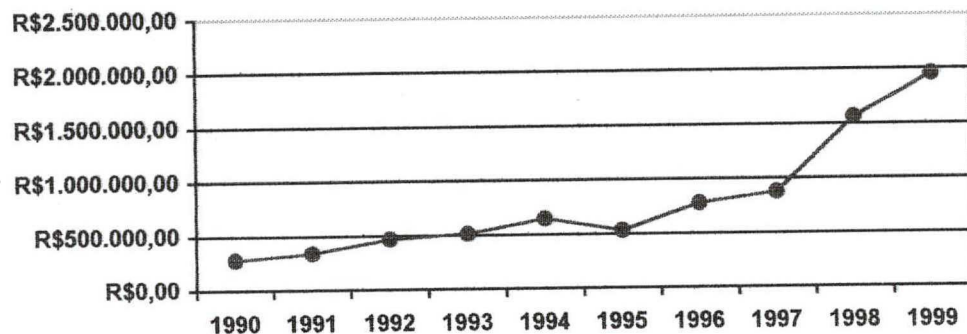
A partir desse ano o Itaú apresenta receitas crescentes, chegando a R\$ 1.988.137,62 mil em 1997 e R\$ 2.097.607,00 mil em 1999.

As despesas de pessoal tiveram situação inversa, com um decréscimo a partir de 1996 onde se situava em R\$ 1.562.722 mil contra R\$ 1.286.445 mil em 1999, uma queda de 21,47% em 4 anos.

As despesas administrativas mantiveram-se com oscilações entre 1994 e 1999, mas superiores em três anos consecutivos a despesas de pessoal.

As receitas de serviço bancário é que se apresentaram crescente a partir de 1994, onde neste ano era de R\$ 921.825 mil passou para R\$ 2.097.607 mil para 1999, um crescimento de 127 % em 6 anos.

O que se pode observar é que as receitas com serviços bancários, cresceram consideravelmente após a estabilização da economia, e por sua vez, a despesa com pessoal vem decrescendo continuamente, a partir de 1994, mostrando que o banco Itaú, se adequou a nova realidade brasileira, diminuindo os custos de pessoal.

Figura 49 – Lucro Líquido (em milhares de Reais)

Fonte: Revista Bancária Brasileira

Apresentando um excelente desempenho a partir de 1995, onde não parou de crescer, o lucro líquido no ano de 1999 apresentou R\$ 1.955.567 mil, que comparado a 1995 cresceu 266 % em 5 anos.

Durante o período anterior, que compreendeu os anos de 1990 a 1994, apresentou um crescente desempenho, ultrapassando a casa dos R\$ 500 mil em 1993.

5. CONCLUSÃO

Os bancos, como intermediários financeiros básicos de uma economia, tem por objetivo operacionalizar várias funções entre os agentes dentro da economia.

Estas operações levam o excedente de uns para transformar em renda para outros através de financiamentos, empréstimos e é nesta finalidade que os bancos ganham seus rendimentos, através de uma taxa que é cobrada: a taxa de juros.

O ativo de um banco, é onde se localizam seus recursos e os passivos suas obrigações, e no Brasil o COSIF é o plano que regula essas contas, determinando regras.

Nesta década, a economia brasileira passou por muitas mudanças que interferiram no modo de operação dos bancos. Com dois períodos distintos, antes de julho de 1994, com uma inflação com 2 dígitos mensais, a reestruturação se iniciou a partir de 1986, com planos econômicos sucessivos, na tentativa de combater a inflação. O Banco Central, num papel de agente interventor, utilizou-se muito da política monetária para inibir fatores que aquecessem a inflação e trouxe traços marcantes nos ganhos bancários, principalmente no processo de gerar dinheiro.

A partir de 1994, o plano Real, reduz a inflação e os bancos passam a se esforçar, na tentativa de manter seus lucros à níveis antes do plano, buscando no aumento de tarifas, diminuição de pessoal e nas taxas de juros mantidas pelo governo elevadas, a busca de seus ganhos financeiros.

Os bancos estudados, se comportaram de maneira diferente, quando tomados dos mesmos aspectos que influenciaram a todos num dado instante dentro da economia brasileira.

O maior destaque na colocação de ativos é o Banco do Brasil, que se destaca também no processo de intermediação financeira. Nas operações de crédito é o Bradesco que se destaca como principal banco brasileiro em disponibilizar recursos para seus clientes.

Na captação, se destaca os depósitos em poupança o banco Bradesco e nos depósitos a vista o Banco do Brasil é o melhor banco na captação, na observação dos anos. Porém o Banco do Brasil foi o único banco estudado que se destacou obtendo um prejuízo nos anos de 1995 e 1996.

Finalizando, os bancos atuam diferentemente dentro de um mesmo aspecto da economia pois estes se direcionam para campos diferentes, mas buscando um fim comum, captar e emprestar recursos e dele obter lucro.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALIBER, ROBERT Z.; DUESENBERY, JAMES S.; MAYER, THOMAS. **Moedas bancos e a economia**. Rio de Janeiro: Campus: 1993.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1990.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1991.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1994.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1995.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1996.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1997.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1998.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório anual**. 1999.
- COSIF (PLANO CONTABIL DE DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA. Disponível na internet. www.cosif.com.br. 15 de outubro de 2000.
- ELLERT, JAMES C. **Administração financeira em bancos**. São Paulo: IBCB, 1990.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1990 Número 14.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1991 Número 15.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1992 Número 16.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1993 Número 17.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1994/1995 Número 18.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1996/1997 Número 19.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1998 Número 20.
- GAZETA MERCANTIL. **Balanço Anual**. São Paulo, 1999 Número 21.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MISHKIN, Frederick S. **Moedas bancos e mercados financeiros** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA. **Balanço de bancos comerciais.** N 775. Rio de Janeiro: Regional, Jan. de 1998.

Balanço de bancos comerciais. N 776. Rio de Janeiro: Regional, Fev. de 1998.

Balanço de bancos comerciais. N 775. Rio de Janeiro: Regional, Fev. de 2000.

Balanço de bancos comerciais. N 751. Rio de Janeiro: Regional, Jan. de 1996.

Balanço de bancos comerciais. N 703. Rio de Janeiro: Regional, Fev. de 1992.

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. **Vários números.** 1990-1999

SCHRICKEL, WOLFGANG KURT. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa preta.** São Paulo: Atlas, 1997.

TAXAS DE JUROS E INFLAÇÃO. Relatórios anuais. Disponível na internet. www.ipeadata.gov.br. 16 de novembro de 2000.